



PROJETOS EM GESTÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA, GOVERNANÇA E
ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO

FEVEREIRO DE 2021



MPDFT
60 ANOS



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

VICE-PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

SELMA LEITE DO NASCIMENTO SAUERBRONN DE SOUZA

VICE-PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA

CORREGEDORIA-GERAL

JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR

OUVIDORIA

LIBÂNIO ALVES RODRIGUES

CHEFIA DE GABINETE

MOACYR REY FILHO

SECRETARIA-GERAL

WAGNER DE CASTRO ARAUJO

ASSESSORIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

ANDRÉ LUIZ CAPPI PEREIRA

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR

SUMÁRIO

Projetos em gestão administrativo-financeira e governança

Programa Permanente de Movimentação Interna	1
SGPedia	1
SGP Atende.....	2
Inclusão de requerimentos no Portal de Gestão de Pessoas.....	2
Implantação de ações educacionais telepresenciais no MPDFT	2
Sistema de monitoramento da frota do MPDFT por GPS.....	3
Inventário virtual anual de bens.....	4
Implantação do programa de desenvolvimento sustentável em edificações do MP – aproveitamento de águas pluviais	4
BIM (Business Information Modeling)	5
SARAH.....	5
Sistema de Custos no MPDFT	6
Acessibilidade em libras	6
Mediação Comunitária	7
Acordar – Construindo o consenso por meio de soluções compartilhadas	8
Mediação Familiar	9
Escutando o cidadão - diálogos com vítimas de delitos	10
Criando e recriando laços - um incentivo à mediação de conflitos e práticas restaurativas nas Casas de Acolhimento	11
Incentivo à Mediação de conflitos e Práticas Restaurativas no Contexto Escolar	11
Diálogos Inclusivos: a representatividade da população carcerária restaurada por meio da família	12
MP Solidário	13
Encontros empáticos: cnv entre nós	13
“Reconstruir Vidas” – Diálogo com familiares e amigos de pessoas desaparecidas	14
Revisão do projeto Novos Rumos do Psicossocial – centralização regional.....	15
Sistema Protetor: acompanhando as curatelas em todo o Distrito Federal.....	15
Implantação da Gestão de riscos no MPDFT.....	16

Projetos de enfrentamento à corrupção

Execução da Campanha "O que você tem a ver com a Corrupção?" no Distrito Federal.....	17
Educação Cidadã.....	17
Cidadão contra a corrupção.....	18
NaMoral.....	19
NaMoral – itinerário Formativo.....	20
Rede Unidas de Brazlândia	21
Mapa Social da Saúde.....	22
Mapa Social da Educação.....	23
Orçamento participativo	23
O Patrimônio Público é de todos.....	24
Como anda meu ônibus - Observatório da política do serviço de Transporte Público Coletivo do DF.....	26
Rede Urbanidade – Rede de Promoção da Mobilidade Sustentável e do Transporte Coletivo do Distrito Federal.....	27
Nós podemos muito mais.....	28
Ministério Público como agente de fomento e monitoramento da política pública de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.....	29
Pés na rua: política para inclusão social da população em situação de rua do Distrito Federal.....	30
Ágora - Rede de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes de São Sebastião	31
Pesquisa Integrada (PIN).....	32
Apreensões.....	33
Confiteor.....	33
Confiteor Bancário.....	34
Confiteor Telefônico.....	35
Confiteor Lite.....	35
Atuação do MPDFT na Proteção dos Dados Pessoais e da Privacidade.....	36
Kairós - Atuação resolutiva em processos suspensos relacionados a homicídios tentados.....	37
Verum.....	39
Foragidos da Justiça.....	40

Projetos em gestão administrativo-financeira e governança

Programa Permanente de Movimentação Interna¹

Cadeia de valor:

Macroprocessos: Gestão

Processo: Pessoas

Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Objetivo estratégico relacionado: Promover ambiente de trabalho agradável e profissional

Descrição e resultados: O MPDFT tem por objetivo com o programa promover a movimentação interna de servidores entre as macrounidades do MPDFT, por meio de um processo democrático, equilibrando os interesses da Administração e dos servidores e operacionalizado por meio da adaptação da ferramenta de software livre Moodle. Assim, por meio dela são divulgadas as vagas disponíveis para lotação nas diversas macro unidades. Os servidores interessados podem cadastrar os seus respectivos currículos e selecionar a unidade de interesse para lotação. As chefias podem consultar o currículo dos servidores interessados e selecionar aquele mais adequado para o preenchimento da vaga. Uma vez selecionado o servidor, observados os prazos devidos, ele será movimentado para a unidade de destino, independentemente da anuência da chefia da unidade de origem. O PPMI funciona de forma permanente, ou seja, sempre que houver abertura de vaga, a respectiva chefia deve dar preferência ao preenchimento dela por meio do programa. Além disso, a ferramenta permite a divulgação de todas as informações pertinentes ao PPMI, bem como a atualização dos currículos e das unidades de interesse, por meio de um ambiente seguro e com autenticação de usuário. Obtivemos com a implementação os seguintes resultados: transparência das movimentações internas; satisfação dos servidores.; alocação mais eficiente das competências individuais; conciliação entre os interesses da administração e do servidor; redução do efeito deletério do bom desempenho profissional do servidor, que, por vezes, não era liberado pela chefia; melhoria do clima organizacional.

SGPedia

Cadeia de valor:

Macroprocessos: Gestão

Processo: Pessoas

Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Objetivo estratégico relacionado: Buscar maior celeridade das rotinas operacionais.

Descrição e resultados: O SGPedia propicia ao MPDFT a disponibilização de todos os assuntos relacionados a gestão de pessoas de forma fácil e acessível.

¹ Disponível em: <https://banancodeprojetos.cnmmp.mp.br/Detailhe?idProjeto=858>. Acesso em 12 de fev. de 2021.

SGP Atende

Cadeia de valor:

Macroprocessos: Gestão
Processo: Pessoas
Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Objetivo estratégico relacionado: Buscar maior celeridade das rotinas operacionais.

Descrição e resultados: O MPDFT tem por objetivo com a implantação do SGP Atende que as demandas à SGP realizadas por meio de sistema, permitam o controle e o acompanhamento dos prazos de resposta.

Inclusão de requerimentos no Portal de Gestão de Pessoas

Cadeia de valor:

Macroprocessos: Gestão
Processo: Pessoas
Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Objetivo estratégico relacionado: Buscar maior celeridade das rotinas operacionais.

Descrição e resultados: A ideia é que todos os tipos de requerimentos sejam realizados diretamente no portal e registrados de forma automática, após homologação pela SGP. Os principais objetivos são: facilitar o pedido pelos servidores e membros e, além disso, reduzir os riscos de erros operacionais, já que os registros passam a ser automáticos. Por enquanto, já temos férias de servidores e pedidos de afastamentos e licenças. Está em homologação a indicação de FC e CC. E a ideia é incluir cada vez mais requerimentos no Portal, diminuindo o número de requerimentos em Excel e Word.

Implantação de ações educacionais telepresenciais no MPDFT

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Gestão
Processo: Pessoas
Valor: Promoção da Justiça e redução de conflitos

Objetivo estratégico relacionado:
Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes

Descrição e resultados: O MPDFT com o objetivo de realizar planejamento, desenvolvimento, execução e avaliação das ações educacionais promovidas pelo MPDFT nas modalidades a distância e telepresencial, utilizando recursos audiovisuais. No decorrer de 2020, 33 ações educacionais telepresenciais foram implementadas para os integrantes do MPDFT e o público externo. Houve a emissão de 1.237 certificados pela Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo do MPDFT. As ações foram:

PROJETOS DO MDPFT EM GESTÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA, GOVERNANÇA E ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO

- Realização de uma oficina de Comunicação Não-Violenta ministrada para seis participantes.
- Nos 13 cursos ministrados, houve 388 participantes com indicador de satisfação entre 50% e 88,46%. São eles: Atuação prática em acordo de não persecução penal; Gestão das emoções em época de isolamento social; Moodle - intermediário e avançado do MPDFT; Oficina ANPP na prática; Oficina Autocomposição: experiência nas promotorias do júri; Oficina de Comunicação não-violenta - Turma 1; Oficina de Comunicação não-violenta - Turma 2; Oficina de Comunicação não-violenta - Turma 3; Oficina Fale News; Pesquisa Patrimonial; Vamos conversar sobre autocuidado; Workshop de comunicação eficiente para plataformas online.
- Nas 8 palestras disponibilizadas, houve 418 participantes com indicador de satisfação entre 56, 41% e 91,43%. São elas: 30 anos do estatuto da criança e do adolescente; Comunicação não-violenta para lideranças ; Crise e criatividade: combustível para o crescimento; Crise: hora de crescer; Encontro On-Line - Os Impactos da Pandemia na saúde dos trabalhadores; Outubro Rosa: tratamento e prevenção do câncer de mama; Reflexões sobre políticas de prevenção à violência de gênero contra mulheres e meninas: debates no Brasil e na Austrália; promovidas por meio de solicitações online obtidas nos portais do Facebook, Instagram e *Whatsapp*.
- Nos 11 seminários realizados, houve mais de 3.000 participantes - como ocorreu divisão em aulas, há diferença entre números de presentes em cada aula ministrada - com indicador de satisfação entre 70,49% e 91,43%. São eles: Atendimento humanizado ao público LGBTQ+; Conscientização sobre racismo e preconceito racial; Crianças e adolescentes vítimas de violência sexual - atendimento em rede e efetivação de direitos; Fórum Vida Plena; III Seminário de Autocomposição; Ministério público e políticas públicas; Prisão cautelar e pandemia da covid-19; Seminário Curatela e Tomada de Decisão Apoiada (TDA): reflexões acerca do exercício da capacidade jurídica; Seminário de Acordo de não persecução penal - um novo caminho para a justiça criminal; Seminário Internacional: Justiça negociada, acordo de não persecução penal e alternativas penais: experiências na América Latina; Tribunal do Júri: a prova técnico pericial dos crimes contra a vida

Sistema de monitoramento da frota do MPDFT por GPS

Cadeia de valor:

Macroprocessos: Gestão

Processo: Infraestrutura e logística

Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Objetivo estratégico relacionado:

Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados

Descrição e resultados: Em 2021 a novidade é o sistema de monitoramento da frota do MPDFT por GPS. Ampliamos neste exercício o contrato que contemplava os veículos que atendem às sessões do Tribunal do Júri para os 183 veículos da frota. A ideia é termos tanto ganho de segurança com monitoramento em tempo real dos deslocamentos quanto em controle de tráfego, consumo de combustível e de manutenção de veículos. Com isso, obtivemos Controle de combustível efetivo; monitoramento em tempo real de deslocamento; e agilização na manutenção de veículos.

Inventário virtual anual de bens

Cadeia de valor:

Macroprocessos: Gestão

Processo: Infraestrutura e logística

Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Objetivo estratégico relacionado: Buscar maior celeridade das rotinas operacionais

Descrição e resultados: Desde 2019, o inventário anual de bens, passou a utilizar uma inovação criada pelo servidor Thiago de Castro Silva, lotado na Secretaria de Tecnologia da Informação, que foi aperfeiçoada entre aquela unidade e a Secretaria de Administração: um aplicativo para smartphones que faz o levantamento de bens móveis por meio de leitor de código de barras, que verifica a efetiva existência do bem e sua geolocalização. A partir da utilização do app, os 34.378 itens catalogados, foram identificados e localizados em sete dias. Para efeito de comparação, o tempo de execução do serviço, vinha sendo, desde 2015, de cerca de 90 dias. Contudo, em 2013, chegou a ser feito em 13 meses. Frise-se que o desenvolvimento da ferramenta não gerou custo extra à instituição e em prospecção de mercado realizada em 2015, soluções semelhantes foram orçadas em até R\$ 1,5 milhão de reais. Além disso a inovação já fez sucesso em outros órgãos da Administração Pública, tendo sido apresentado à Procuradoria Geral da República e ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (Ibram/DF) que pretendem utilizá-lo. Como resultado obtivemos celeridade, economicidade e credibilidade na realização do inventário.

Implantação do programa de desenvolvimento sustentável em edificações do MP – aproveitamento de águas pluviais

Cadeia de valor:

Macroprocessos: Gestão

Processo: Infraestrutura e logística

Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar a estrutura física e organizacional

Descrição e resultados:

O MPDFT busca com esta iniciativa implementar medidas mitigadoras no uso dos recursos naturais, aliada a uma redução de gastos para o setor público. O projeto teve início em 2017 com incentivo à captação de água pluvial precipitada na cobertura das edificações e destinar seu uso para irrigação de jardins, vasos sanitários e lavagem de pisos. Dessa forma, reduziu-se o custo financeiro com água fornecida pela concessionária por meio da otimização de 3.122,16 m³ de água potável em oito das doze instalações próprias do MPDFT.

BIM (*Business Information Modelling*)

Cadeia de valor:

Macroprocessos: Gestão
Processo: Infraestrutura e logística
Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar a estrutura física e organizacional

Descrição e resultados: O MPDFT adquiriu software *Building Information Modelling* (BIM) para aumentar a precisão de projetos e obras. O BIM se trata da adoção de um padrão mundial que propiciará economia de recursos financeiros, agilidade, segurança, transparência e confiabilidade na elaboração e na execução de projetos dentro da instituição. O sistema permite, por meio de um modelo 3D, reduzir custos em cálculos de projetos por meio da correção de interferências, prevenção de riscos e cálculo com precisão o quantitativo de materiais a serem empregados nas obras. O órgão implantou nova tecnologia para subsidiar o trabalho de seus arquitetos, engenheiros e equipe técnica. Dentre outras edificações, a sede da Promotoria de Justiça do Sobradinho foi projetada e abrange todas as disciplinas na metodologia BIM: arquitetura, estrutura e sistemas prediais. Além dos projetos e da capacitação de profissionais, a SPO elaborou, também, manuais de utilização sobre o BIM. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), por meio da Secretaria de Projetos e Obras (SPO), lançou o Caderno de Projetos e de Gestão de Edificações em BIM (CPGE-BIM). A publicação estabelece os padrões dos projetos a serem elaborados pelos engenheiros e arquitetos da instituição, bem como serve de norte a futuras contratações, descrevendo o processo de elaboração de projetos, planejamento 4D, orçamento 5D, análises energéticas, execução de obras e gestão das edificações².

SARAH

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Gestão
Processo: Tecnologia da Informação
Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Objetivo estratégico relacionado: Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados

Descrição e resultados: O MPDFT tem por foco com o projeto SARAH a implementação de uma solução de chat automático parametrizável e que vai adotar inteligência artificial depois de um tempo e a ideia dela é que seja um ponto único de contato para solicitações diversas de toda a área meio. Para facilitar aos usuários internos que não têm como saber decorado cada serviço a quem pedir. Ela centraliza tudo e resolve os problemas ou indica como a pessoa pode resolver sozinha ou abre um chamado para área competente. Futuramente será estendida à sociedade na internet.

² Disponível em: <http://bit.ly/37LVZsM>. Acesso em 25 de fev. de 2021.

Sistema de Custos no MPDFT³

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Gestão
Processo: Orçamento e finanças
Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Objetivo estratégico relacionado: Atividades internas - gestão financeira

Descrição e resultados: O projeto tem por objetivo elaborar relatório para valorar o custo de cada ato praticado pelo MPDFT, e com isso atender as exigências legais. Consiste em um relatório de publicidade quadrimestral, no qual, em virtude do pioneirismo da ação no Órgão e a carência de um sistema informatizado que pudesse dar suporte à Seção de Acompanhamento de Custos, decidiu-se, inicialmente, concentrar a apuração nas unidades que compõem a área-meio e nas Promotorias de Justiça com sedes próprias, sendo que atualmente o relatório também abrange as demais unidades. O Comportamento de alguns itens de custos é analisado para cada unidade apurada, tais como: salários de membros, servidores e estagiários, material de expediente, informática e combustíveis, diárias e Passagens, cursos e pós-graduação, energia elétrica, água, e contratos de: vigilância, brigada de incêndio, limpeza, copeiragem, recepcionista, manutenção predial, manutenção de elevadores. Utiliza-se a metodologia de rateio direto por m² por área ocupada por cada unidade do MPDFT, leva-se em conta, também, o número de atos praticados por procuradores e promotores, daí chega-se ao método de apuração de Custos por Ato Praticado. Tal processo encontra-se em constante aprimoramento para melhor adequação e expansão da metodologia utilizada, como também, a fim de servir de instrumento efetivo de tomada de decisão pela Administração. Com sua implementação foi possível otimizar os recursos financeiros, com melhoria na gestão orçamentária e financeira na medida em que tais itens são analisados e evidenciados.

Acessibilidade em libras

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalístico
Processo: Relacionamento com a sociedade
Valor: Integração com a sociedade e transformação social

Objetivos estratégicos relacionados:
aprimorar o relacionamento do MPDFT com a Sociedade

Descrição e resultados: Com a implementação desse projeto, o MPDFT objetiva viabilizar o atendimento em Libras, presencial ou à distância, das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, por meio de ferramentas e tecnologias que possibilitem responder a demandas em tempo real a todas as pessoas surdas ou com deficiência auditiva que procurarem o MPDFT em qualquer unidade regional. Para isso, criou o Setor de Acessibilidade em Libras da Ouvidoria com determinação da estrutura necessária ao funcionamento do Setor dentro da Ouvidoria do MPDFT, assim como ferramentas de avaliação de atendimento e infraestrutura em TI para suportar a implantação do projeto. Devido à pandemia do COVID-19, precisou-se repensar o atendimento ao público.

³ Disponível em: <https://bancodeprojetos.cnpm.mp.br/Detailhe?idProjeto=835> . Acesso em 12 de fev. de 2021.

Mediação Comunitária⁴

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos
Processo: Apoio técnico-especializado
Valor: Integração com a sociedade e transformação social

Objetivo estratégico relacionado: Cidadania Fortalecida

Descrição e resultados: O projeto Mediação Comunitária mereceu destaque no Prêmio CNMP de 2019, sendo agraciado com o primeiro lugar na categoria profissionalização da gestão. Os cidadãos do Distrito Federal procuram as Promotorias de Justiça em busca de informações para melhor solucionar seus conflitos, muitos não judicializados. Por vezes, os cidadãos não querem judicializar pois reconhecem o custo emocional da judicialização, além de terem interesse em escolher as opções que melhor se adequem às suas realidades e de serem senhores das suas decisões. Outras vezes observa-se que são trazidos às Promotorias de Justiça conflitos que se judicializados, resolverão o processo, mas não o conflito em si. A mediação privilegia a solução dos conflitos através da ação da própria comunidade. Coloca a comunidade como protagonista da solução dos conflitos. Pela mediação a comunidade aprende técnicas de comunicação construtiva e de relações interpessoais absolutamente necessárias ao aprimoramento das suas ações, quer em relação ao conflito, quer no tocante à emancipação e fortalecimento da cidadania. Com essas premissas o MPDFT vem se articulando com o projeto Justiça Comunitária do TJDF, que possui mais de quinze anos de experiência em mediação comunitária, com o intuito de sensibilizar, arregimentar e capacitar agentes sociais dispostos a atuarem voluntariamente, de modo estruturado, como mediador comunitário. Pretende-se com esta ação difundir cultura de paz e diálogo por meio da mediação, empoderar as pessoas envolvidas nos conflitos para que possam tomar suas próprias decisões, por intermédio de um espaço de escuta e colaboração propiciado pelo mediador comunitário. O projeto ocorreu na Coordenadoria Administrativa das Promotorias de Justiça de São Sebastião, em parceria com a Rede Intersetorial de São Sebastião e com o Programa Justiça Comunitária do TJDF. Com a implementação do projeto, foi realizado:

- curso básico em Justiça Comunitária, com duração de 24 horas-aula, para as comunidades de São Sebastião e Sobradinho (São Sebastião 30 participantes, período de 02/06/17 a 26/06/17, Sobradinho 15 participantes, período de 14/08/17 a 01/09/17); curso de mediação comunitária para as comunidades de São Sebastião e Sobradinho: 39 participantes, duração de 40 horas-aula, no período de 13/09/17 a 06/12/17;
- Supervisão das atividades executadas após a capacitação: 35 encontros de supervisão, com carga horária de 03 horas cada;
- 3 Encontros de formação mensal, com duração de 3 horas (aula sobre história das constituições e 2 aulas sobre a atuação do CEJUSC Super);
- Oficina de Introdução à comunicação não-violenta, com 6h de duração, entre 25 e 26 de setembro de 2019, realizada pela instrutora Leila Duarte Lima.
- Foram realizadas atividades comunitárias que totalizaram mais de 800 participantes e 45 atendimentos.

⁴ Disponível em: <https://bancodeprojetos.cnmp.mp.br/Detalhe?idProjeto=1850>. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

Acordar – Construindo o consenso por meio de soluções compartilhadas⁵

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos
Processo: Apoio técnico-especializado
Valor: Integração com a sociedade e transformação social

Objetivo estratégico relacionado: Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional

Descrição e resultados: O MPDFT buscou com a implementação do projeto Acordar difundir princípios da gestão consensual de conflitos organizacionais, promovendo a mediação organizacional na instituição. Os conflitos organizacionais possuem algumas características diversas dos demais conflitos, especialmente pelo fato de as organizações serem compostas por indivíduos que, naturalmente, se integram em grupos, coalizões, equipes. O conflito passa a ter uma repercussão que ultrapassa a esfera dos próprios indivíduos, tendo uma repercussão sistêmica em toda a organização. Por essas razões, o trabalho realizado pelas Ouvidorias lhes confere capacidade para inaugurar e desenvolver o trabalho de mediação organizacional orientado para a tomada de decisões construídas a partir de práticas colaborativas e integradoras, que levem à identificação de alternativas de soluções que atendam aos interesses e às necessidades das partes envolvidas. A escuta praticada em ambiente de Ouvidoria contribui para a construção de um diálogo produtivo no sentido de pacificar conflitos, legitimando o discurso do cidadão/servidor e, em muitos casos, sedimentando caminhos de prevenção de novas controvérsias. Essa atividade faz da Ouvidoria do MPDFT o *locus* ideal a promover soluções transformadoras e pacíficas dos conflitos, superando até mesmo a percepção ortodoxa que se tem das Ouvidorias como mero sistema de registro de queixas, uma vez que seus registros darão luz a novos e diferentes arranjos sociais e organizacionais. Nessa perspectiva, pois, o projeto vislumbra o florescimento e multiplicação das práticas autocompositivas da mediação/conciliação de conflitos por meio da Ouvidoria, no MPDFT, a partir da implantação de programa de prevenção da escalada de conflitos, voltado ao desenvolvimento de competências, em especial das comunicacionais e negociais, e apoiado na formação de integrantes mediadores, permeado em todo o seu desenvolvimento na linha principiológica de Marshall Rosenberg, denominada Comunicação-Não-Violenta - CNV, que se apoia nos princípios da não violência. Dentre outros resultados: 1. Parcerias internas para o fomento da mediação organizacional (Secretaria de Comunicação, Secretaria de Educação Corporativa, Secretaria-Geral, Secretaria de Gestão de Pessoas, Ouvidoria, Corregedoria); 2. Programa de incentivos aos servidores do MPDFT a atuarem como mediadores e facilitadores voluntários (Portaria nº 577, de 5 de outubro de 2018); 3. Portaria de instituição do projeto (Portaria nº 1.017, de 23 de agosto de 2018); 4. Curso básico de formação de 21 mediadores ocorrido entre 15/10/2018 e 14/11/2018, com duração de 50 horas de módulo teórico, e estágio previsto para 2019 (registro do evento em anexo); 5. I Seminário de Autocomposição para mais de cem pessoas ocorrido no MPDFT, em 24 de agosto de 2018, para membros, servidores e público externo; 6. Curso de Comunicação não-violenta para 7 colaboradores da Promotoria de Justiça de São Sebastião, dia 26/11; 7. Campanha de sensibilização para escuta empática na intranet; 8. Realização de curso de Gestão de Conflitos organizacionais, período de 24/09 a 29/10 para 35 participantes; 9. Realização de Curso de Formação Teórico e Prático no Modo Vivencial em Círculos Transformativos e *Peacemaking Circles* (Círculos de Construção de Paz)" de 19 a 23 de novembro de 2018 e carga horária de 40h. Contou com 24 participantes, os quais irão integrar o quadro de facilitadores da Coordenadoria Executiva de Autocomposição, com estágio supervisionado prévio, na qualidade de facilitadores e co-facilitadores.

⁵ Disponível em: <https://bancodeprojetos.cncmp.mp.br/Detail?idProjeto=2343>. Acesso em: 12 fev. de 2021.

Mediação Familiar⁶

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos
Processo: Apoio técnico-especializado
Valor: Integração com a sociedade e transformação social

Objetivo estratégico relacionado: direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos

Descrição e resultados: O projeto surgiu da necessidade de apoiar as famílias com curatelados e tutelados na gestão dos seus conflitos, por meio da mediação de conflitos, e na possibilidade de promover a reflexão de formas sobre a reorganização em famílias de pais e mães separados, por meio das Oficinas de Pais e Filhos. No cotidiano, observamos a ausência de programas específicos para ajudar na solução de conflitos no contexto de familiares curatelados e tutelados e de casais e os respectivos filhos no processo de estabilização da família em dois núcleos, a partir do rompimento da relação amorosa conjugal dos pais. As mediações e as oficinas de pais oferecem apoio para que as famílias que buscam o Ministério Público para a solução de suas lides, transformando-os em protagonistas da solução de seus conflitos, de forma a assumirem responsabilidade por suas vidas e pela vida de seus dependentes (filhos, curatelados, tutelados). Tanto nas mediações de família e quanto nas oficinas, as famílias encontram um local para falar sobre sentimentos; podem refletir sobre seus comportamentos e atitudes; e planejarem ações de estabilização familiar. As mediações de família e as oficinas de pais e filhos podem contribuir efetivamente para profundas transformações na realidade de famílias com ou sem processos judiciais. O projeto se apoia na necessidade de oferecer atendimento às famílias com curatelados e tutelados e abrir um espaço para a reflexão e reorganização nas famílias de casais separados. A primeira etapa do projeto consiste em reuniões com parceiros internos e externos, em especial TJDFT para celebração de convênio em prol da realização das oficinas de pais e filhos. A capacitação de mediadores e de facilitadores das oficinas de pais e filhos é essencial para a realização das atividades previstas neste projeto. Após a capacitação dos facilitadores das oficinas de pais e filhos e o cronograma de oficinas estabelecidos, promotores de justiça e/ou juizes indicam as partes para participarem das oficinas. Dentre outros resultados: celebrou-se Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para a realização das Oficinas de Pais e Filhos; curso Básico de Formação de Mediadores (Módulo Teórico 50h, de 15 /10 a 14/11/2018, 21 participantes); realização do curso teórico para formação de "Expositor de Oficina de Divórcio e Parentalidade em formação" em parceria com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios- TJDFT com 133 participantes (na parte teórica do curso para realização e como parte prática, o estágio para certificação definitiva que está em andamento em parceria com o TJDFT); I Seminário de Autocomposição: Construindo uma Cultura de Paz, 24 de agosto, das 8h30 às 18h; e 22 Oficinas de parentalidade de janeiro a março de 2019.

⁶ Disponível em: <https://bancoedeprojetos.cnmp.mp.br/Detailhe?idProjeto=2350> Acesso em: 12 de fev. de 2021.

Escutando o cidadão - diálogos com vítimas de delitos⁷

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos
Processo: Apoio técnico-especializado
Valor: Integração com a sociedade e transformação social

Objetivo estratégico relacionado: cidadania fortalecida

Descrição e resultados: O MPDFT buscou com o projeto Escutando o cidadão implementar práticas restaurativas com vítimas de delitos no âmbito das Promotorias Criminais de Ceilândia (MPDFT). Com a concepção de Justiça Restaurativa como uma alternativa mais completa para tratar o complexo fenômeno da criminalidade, que busca romper com o paradigma punitivo/retributivo, caminhando para um paradigma restaurativo, que altera a maneira de pensar e agir em relação ao conflito. Ao invés de tratar a violência apenas com violência, prioriza-se o diálogo, a inclusão e a autorresponsabilização. Dentro desta perspectiva, a proposta do presente projeto é fomentar a cultura do diálogo por meio da escuta ativa das vítimas de delitos, acolhendo-as, amparando-as, emponderando-as e fortalecendo-as por meio de encontros restaurativos, realizados em ambiente seguro, imparcial e sem limitação de tempo. O objetivo reside no fato de a vítima deixar a posição de mera expectadora do processo penal e adote postura ativa, conhecendo seus direitos e deveres, buscando a reparação plena dos danos sofridos, a recomposição da situação anterior ao delito e a transformação da realidade para que a violência não se repita, como forma, em última análise, de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos. Com a implementação do projeto foi possível, cadastrar mais de 165 vítimas de crimes de roubo no banco de dados do projeto, tendo sido feito contato (ou tentativa de contato) com todas elas; realizar mais de sete encontros com vítimas de roubo na Promotoria de Justiça da Ceilândia e dois encontros com parentes de vítimas de homicídio na Promotoria de Justiça do Guará com 3 horas de duração; contar com 39 vítimas nos encontros realizados com satisfação em relação ao evento de 100% dos participantes no evento. Tendo em vista a profissionalização da gestão, os facilitadores dos círculos foram capacitados por meio de Curso de Formação Teórico e Prático no Modo Vivencial em Círculos Transformativos e Peacemaking Circles (Círculos de Construção de Paz)" de 19 a 23 de novembro de 2018 e carga horária de 40h. Antes da realização dos eventos é realizado planejamento de cada círculo é realizado pela Coordenadoria de Autocomposição e pela dupla de facilitadores de círculo, segundo cronograma divulgado previamente no grupo de whatsapp. Com aplicação de questionários semiestruturados antes e após a realização do círculo foi possível observar que 85% manifestaram interesse em participar de novo círculo restaurativo; 80% deles afirmaram que imagem que tinham do Ministério Público melhorou após a participação no projeto; 71% das vítimas ou parentes de vítimas de homicídio que não sabiam direitos e deveres das vítimas de delitos passaram a conhecê-los; 61% das vítimas ou parentes de vítimas de homicídio após os eventos declararam estar mais preparados para as audiências. Amplamente divulgado na imprensa para engajar a comunidade local. Dada a sua importância, em 13 de fevereiro de 2020, a Administração Superior oficializou o programa Escutando o cidadão que poderá abranger outras áreas e ações do MPDFT. Na mesma ocasião, foi lançada a campanha "Você foi vítima de um crime?", que faz parte do projeto e tem como objetivo informar, com linguagem simples e acessível, sobre a participação de vítimas na investigação e no processo penal. Ela também orienta sobre o papel do Ministério Público, e dos demais atores da Justiça, na área criminal e nas audiências do processo.

⁷ Disponível em: <https://bancodeprojetos.cncmp.mp.br/Detail?idProjeto=2353>. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

Criando e recriando laços - um incentivo à mediação de conflitos e práticas restaurativas nas Casas de Acolhimento⁸

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos
Processo: Apoio técnico-especializado
Valor: Integração com a sociedade e transformação social

Objetivo estratégico relacionado: direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos

Descrição e resultados: O projeto Criando e Recriando Laços se apoia na necessidade de fomentar abordagens consensuais e restaurativas de gestão de conflitos no âmbito das unidades de acolhimento do Distrito Federal, por meio da formação dos técnicos e cuidadores dos abrigos, tornando-os capacitados a transformar conflitos por meio de mediações e facilitação de círculos de construção de paz. Neste sentido será ofertado curso com 24 (vinte e quatro) vagas, com carga horária mínima de 84 horas, que será realizado em dois módulos: teórico (com aulas expositivas e simulações) e estágio supervisionado (com encontros de supervisão e casos reais). A primeira etapa do projeto consiste em reuniões com parceiros internos e externos, em especial os parceiros das Promotorias Cíveis de Defesa dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Infância e Juventude para a implementação de ações de formação dos profissionais do sistema de acolhimento. A segunda etapa é o planejamento do curso, com elaboração de cronograma e alinhamentos gerais do curso. A parte teórica (terceira etapa) e os encontros de supervisão do estágio supervisionado (quarta etapa) serão realizados na Coordenadoria das Promotorias de Defesa da Infância e Juventude e terão como objetivo propiciar aos profissionais dos serviços de acolhimento uma percepção positiva do conflito e o desenvolvimento de visão restaurativa, instrumentalizando-os a mediar conflitos e facilitar círculos de construção de paz, buscando a implementação de abordagem restaurativa, o restabelecimento da comunicação e o fortalecimento dos vínculos, a fim de tornar os serviços de acolhimento um espaço de transformação de conflitos, de autonomia, de criatividade e emancipação, na medida em que as soluções serão construídas pelos próprios protagonistas das unidades de acolhimento. Dentre outros resultados, ocorreu a realização de módulo teórico do curso de formação de mediadores de conflitos e de facilitadores de círculos transformativos e de construção de paz de 10/10/2019 a 5/12/2019, com carga horária realizada módulo teórico de 84h/a, para 20 participantes do curso, sendo: 2 Promotores de justiça, 7 Servidores do MPDFT, 11 Servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social do GDF das Unidades de Acolhimento; estabelecimento de cronograma dos encontros de supervisão do estágio divulgado.

Incentivo à Mediação de conflitos e Práticas Restaurativas no Contexto Escolar⁹

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos
Processo: Apoio técnico-especializado
Valor: Integração com a sociedade e transformação social

Objetivo estratégico relacionado: Crianças e adolescentes protegidos

Descrição e resultados: Considerando a necessidade de uma atuação sistemática do MPDFT

⁸ Disponível em: <https://banco de projetos.cncmp.mp.br/Detailhe?idProjeto=2670>. Acesso em 12 de fev. de 2021.

⁹ Disponível em: <https://banco de projetos.cncmp.mp.br/Detailhe?idProjeto=2887>. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

na questão do combate à violência escolar, o Grupo de Apoio à Segurança Escolar (GASE) foi criado (Portaria PGJ nº 788 de 29 de junho de 2005) para fiscalizar a atuação do Distrito Federal na execução de políticas públicas de enfrentamento à violência nas escolas e contribuir para a construção de redes de atuação envolvendo o poder público, entidades não-governamentais, as escolas e a comunidade. Assim o MPDFT com o objetivo incentivar a mediação escolar e círculos de construção de paz por meio da formação de profissionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal oportunizou o Curso de Mediação de Conflitos no Contexto Escolar, apoiado na necessidade de incentivar a mediação no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por meio da formação de profissionais capacitados a transformar conflitos escolares através de mediações escolares e facilitação de círculos não-conflitivos de construção de paz. Dessa forma, a primeira etapa do projeto consistiu em reuniões com parceiros internos e externos, em especial a Secretaria de Estado de Educação para a implementação de ações de formação de professores. As ações de formação foram realizadas na Coordenação Regional de Ensino do Guará para os professores daquela regional de ensino com o objetivo de lhes propiciar percepção positiva do conflito, instrumentalizando-os a mediar conflitos escolares, buscando o restabelecimento da comunicação e o fortalecimento dos vínculos, a fim de tornar a escola espaço efetivo de aprendizagem, de autonomia, de criatividade e emancipação, na medida em que as soluções serão construídas pelos próprios atores da comunidade escolar. Para realizar a formação, o Grupo de Apoio à Segurança Escolar firmou parceria com a Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – FESMPDFT e a Coordenação Regional de Ensino do Guará – CRE/GUARÁ. Promoveu-se o Curso de Mediação de Conflitos no Contexto Escolar para 31 inscritos entre professores e orientadores educacionais da regional de ensino. A formação foi composta de 77 horas-aula e dividida em dois momentos. Em um primeiro, ministrou-se o módulo teórico composto de aulas teóricas e simulações por meio de encontros presenciais; já, na segunda etapa, estágio com casos reais de mediação de conflitos escolares com realização de encontros de supervisão com participantes. Na ocasião, acrescentou-se ao conteúdo programático dois temas: círculos restaurativos não conflitivos e bullying.

Diálogos Inclusivos: a representatividade da população carcerária restaurada por meio da família

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos
Processo: Apoio técnico-especializado
Valor: Integração com a sociedade e transformação social

Objetivo estratégico relacionado: Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas

Descrição e resultados: Com esta iniciativa o MPDFT almeja implementar um espaço dialógico, por meio dos círculos de construção de paz, com familiares de internos do Sistema Prisional no Distrito Federal. Desde o início das atividades do projeto foram realizados 6 (seis) círculos, de julho a novembro, totalizando 17 participantes. Os círculos de construção de paz são realizados em formato presencial, seguindo todas os protocolos de prevenção à COVID-19, com número reduzido de participantes. Foi aplicada pesquisa de satisfação que qualificou como “excelente” em uma escala de Likert (excelente, bom, regular, ruim, péssimo) em relação aos seguintes itens: Imparcialidade e Neutralidade (não julgar nenhuma das partes, não tomar partido): 15/17; Atenção, zelo e preocupação em atender bem a todos: 14/17; Esclarecimento de possíveis dúvidas: 12/17; e Avaliação geral dos Facilitadores: 14/17.

MP Solidário

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos
Processo: Apoio técnico-especializado
Valor: Integração com a sociedade e transformação social

Objetivo estratégico relacionado: cidadania fortalecida

Descrição e resultados: O MPDFT busca promover, por meio de ações na instituição, a conscientização da sociedade sobre a importância da solidariedade e da cidadania para o gerenciamento dos conflitos surgidos durante e após a pandemia, com ênfase na adoção de práticas autocompositivas para a resolução desses conflitos. Em 2020, ocorreram as seguintes ações:

- Realização de duas oficinas de introdução à comunicação não-violenta com objetivo de disseminação de cultura da paz, promoção da cidadania e soluções consensuais de conflitos. Ocorreu em formato online, para os alunos do projeto de extensão Violência contra Crianças, Adolescentes e Jovens (Vicaj), do UniCeub, totalizando 28 participantes. A mensuração do alcance do objetivo foi realizada por meio de aplicação de pesquisa de satisfação após o evento e obteve feedback positivo, conforme relatos dos estudantes.
- Criação de Comunidade virtual aberta com o objetivo de proporcionar troca de experiências, informações; contar suas histórias relacionadas ao tema gestão de conflitos.
- Oferta do curso gratuito, aberto ao público externo e autoinstrucional “Gestão de conflitos”, na plataforma Moodle, com carga horária de 10h. O objetivo é proporcionar aos participantes identificação de fatores que geram conflitos; reflexão sobre estratégias de gestão positiva; e conhecimento das etapas da negociação e da mediação. Teve 69,66% de aprovação no quesito satisfação com o curso.
- Produção e divulgação de vídeos com o objetivo de permitir interação com a população. Nos 9 vídeos publicados nos canais do Instagram, Facebook e Twitter do MPDFT, já houve 15 mil visualizações e 4.760 interações com a população.
- Divulgação das ações na imprensa (10 matérias jornalísticas).
- Divulgação das ações do projeto para o público no Portal do MPDFT em que houve 1.597 visualizações.

Encontros empáticos: cnv entre nós

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos
Processo: Apoio técnico-especializado
Valor: Integração com a sociedade e transformação social

Objetivo estratégico relacionado: Fortalecer a integração entre membros e servidores

Descrição e resultados: O MPDFT tem por objetivo implementar espaço dialógico voltado para os integrantes da instituição para difundir habilidades autocompositivas, em especial, as habilidades comunicacionais com base na comunicação não-violenta (CNV). A CNV propõe

habilidades de linguagem e comunicação que fortalecem a capacidade de manter as relações humanas, mesmo em condições adversas. As formas culturais predominante de comunicação, com os outros e com nós mesmos, por vezes, acirram os conflitos em vez de promover colaboração e compreensão. Por meio de diálogos autênticos e empáticos baseados nos quatro passos: observação, sentimentos, necessidades e pedidos, a CNV possui um alto potencial de transformação nos ambientes organizacionais que favorecem relações de trabalho efetivamente mais efetivas-afetivas, com maior grau cooperação e valorização entre os indivíduos. No mesmo sentido, o círculo de construção de paz consiste num espaço de diálogo intencional e cuidadosamente estruturado, cujo processo congrega elementos que organizam a interação para que haja a máxima compreensão, empoderamento e conexão entre os participantes. Com esse propósito, o círculo acolhe emoções e realidades difíceis, ao mesmo tempo em que mantém um sentido de possibilidades positivas. A estrutura do círculo cria espaço para encorajar todos os participantes a falarem uns com os outros, respeitosamente, em pé de igualdade e os encoraja a buscarem uma compreensão mais profunda deles mesmos e dos outros. São considerados os elementos estruturais dos círculos de construção de paz: sentar os participantes em círculo, cerimônia de abertura, peça no centro do círculo, objeto da palavra, identificação de valores, geração das diretrizes com base nos valores, perguntas norteadoras e cerimônia de encerramento. Ao longo dos anos de 2019 e 2020 foram oferecidas oficinas de introdução à Comunicação Não-Violenta para integrantes do MPDFT, cujos resultados apontaram altos índices de satisfação. Assim, o projeto: “Encontros Empáticos: CNV entre Nós” busca aliar os círculos de construção de paz à CNV e promover a prática constante e frequente dos fundamentos da comunicação não-violenta.

“Reconstruir Vidas” – Diálogo com familiares e amigos de pessoas desaparecidas

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos

Processo: Apoio técnico-especializado

Valor: Integração com a sociedade e transformação social

Objetivo estratégico relacionado: direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos

Descrição e resultados: O MPDFT busca com esta iniciativa implementar espaço dialógico, por meio dos círculos de construção de paz, com familiares e amigos de pessoas desaparecidas. A ação busca conferir informações qualificadas à sociedade e conhecer as principais dificuldades enfrentadas por esse grupo de cidadãos, contribuindo não apenas para as ações de esclarecimento, mas para a identificação e o aprimoramento das medidas de políticas públicas a serem desenvolvidas pela instituição. Para tanto, os participantes integram círculo de construção de paz conduzido por facilitadores devidamente capacitados. Ao fim, eles têm a oportunidade de esclarecer dúvidas e receber informações diretamente dos Promotores e servidores do NDH e de parceiros convidados. Os encontros são segmentados em duas etapas: o círculo de construção de paz e uma etapa de esclarecimentos, divididas por um breve intervalo, onde um lanche de acolhimento é ofertado aos participantes. Em um segundo momento a palavra é aberta para a escuta das demandas trazidas pelos familiares e são aclaradas as questões propostas pelos integrantes do NDH e/ou parceiros. Nessa sequência, considera-se importante não apenas a participação dos Promotores de Justiça e servidores responsáveis pelo NDH, mas também a presença de representantes de outras instituições parceiras que estão trabalhando em indissociável colaboração. Ao final, os participantes são chamados a responder uma pesquisa de satisfação e recebem certificado de participação no

processo circular de construção de paz. Válido ainda ressaltar que os círculos podem ser online. E, quando forem presenciais, serão adotadas todas as medidas de segurança sanitária na disposição da sala, distanciamento entre os presentes, disponibilidade de álcool em gel e a distribuição de alimentos acondicionados em embalagens individualizadas entregues a cada um dos presentes, em razão da inviabilidade de um espaço de congregação.

Revisão do projeto Novos Rumos do Psicossocial – centralização regional

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos

Processo: Apoio técnico-especializado

Valor: Promoção da Justiça e redução de conflitos

Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar o assessoramento técnico e pericial

Descrição e resultados: Com a implantação do projeto Revisão do projeto Novos Rumos do Psicossocial – centralização regional o MPDFT compôs um grupo de trabalho para a concretização da iniciativa que visa a otimização do assessoramento psicossocial à atuação das promotorias do MPDFT, principalmente, no que se refere à perícia psicossocial. Houve a elaboração de relatórios dentro da visão de centralização regionalizada e estudos estatísticos da CEPS como insumos para elaboração da nova matriz de gestão do projeto Novos Rumos do Psicossocial já aprovada pelo grupo de trabalho e posterior execução de ações previstas em cronograma como informatização; implantação da estrutura de centralização regional de Brasília II (Brasília, Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante e Guará); avaliação dos agrupamento das demandas em três grandes grupos: perícia psicossocial, atuação psicossocial em violência doméstica e assessoramento no acompanhamento de políticas públicas; e soluções administrativas para questões inerentes à implementação do projeto no âmbito do MPDFT; e a elaboração e aprovação da Nova matriz de gestão do projeto Novos Rumos do Psicossocial.

Sistema Protetor: acompanhando as curatelas em todo o Distrito Federal

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos

Processo: Apoio técnico-especializado

Valor: Promoção da Justiça e redução de conflitos

Objetivo estratégico relacionado: Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos

Descrição e resultados: O MPDFT tem por objetivo aperfeiçoar a atuação institucional na fiscalização e acompanhamento das tutelas e curatelas, por meio da implantação do Sistema Protetor em todas as coordenadorias do MPDFT e capacitação de servidores para o seu uso adequado. O projeto está em execução e, até o momento, apresentou como entregas a elaboração do curso do Sistema Curatelas para formar o público que utilizará o sistema e construção do Sistema de Curatelas do MPDFT, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação do MPDFT para aglutinar as informações necessárias à preservação dos direitos individuais e coletivos referentes ao tema.

Implantação da Gestão de riscos no MPDFT

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Governança

Processo: Controle Institucional

Valor: Cultura para resultados

Objetivo estratégico relacionado: Atividades internas - estrutura e infraestrutura

Descrição e resultados: O MPDFT buscou com a iniciativa implantar a Gestão de Riscos, no âmbito do MPDFT, para a obtenção de processos eficazes no gerenciamento de riscos que permitam o tratamento e a prevenção de crises, a melhoria na entrega de serviços ao cidadão e a melhor utilização de recursos. As melhores práticas e modelos internacionais de gestão recomendam a adoção de políticas de gerenciamento de riscos, associadas aos processos de planejamento, tomada de decisão, execução e monitoramento de trabalhos, a fim de garantir que os objetivos públicos sejam alcançados, com a melhor relação custo-benefício. Nesse sentido, a implantação da gestão de riscos no âmbito do MPDFT tem como finalidade subsidiar a tomada de decisão no que se refere ao desenvolvimento, à disseminação e à implementação do gerenciamento de risco na Instituição. O objetivo é reduzir o grau de incerteza, decorrente da incapacidade de estabelecer com precisão a probabilidade da ocorrência de determinado evento e os impactos a ele relacionados. Inicialmente, deverá ser criado um Comitê de Gestão de Riscos para, com o apoio da Administração Superior, fomentar a cultura de gerenciamento de riscos dentro da Instituição por meio do aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos e pela aprovação de diretrizes e mecanismos que propiciem a comunicação e a institucionalização da gestão de riscos no MPDFT. Concomitantemente, procedimentos para implantação da gestão de riscos serão estabelecidos e aplicados, entre eles: a realização de benchmarking com outras instituições públicas que possuem e desenvolvem gestão de riscos, a fim de identificar boas práticas que possam ser aproveitadas no MPDFT; a elaboração e a aprovação de Políticas de Gestão de Riscos e do Manual de Gestão de Riscos, que orientem as etapas de identificação, análise, avaliação, priorização, tratamento e monitoramento de riscos, capazes de afetar projetos, iniciativas, processos de trabalho e ações da Instituição. A implantação em si contará com uma estratégia de ampla divulgação aos procuradores, promotores, servidores e colaboradores, sobre o que é a gestão de riscos e como será feito o gerenciamento de riscos dentro da Instituição. Em conjunto com a Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo (Secor) será proposto plano de capacitação para a equipe da Assessoria Especial da Secretaria-Geral e solicitada ajuda para organizar treinamentos necessários ao início das análises de riscos nas unidades da secretaria a ser escolhida como unidade-piloto. Isso para que as pessoas da secretaria desenvolvam competências necessárias para decidir sobre a escolha dos processos de trabalho que terão os riscos gerenciados e tratados; saibam identificar, analisar, avaliar, priorizar e tratar os riscos dos processos, em conformidade com o que define a política de gestão de riscos; além de monitorar a evolução dos níveis de riscos e a efetividade das medidas de controles implementadas. Por fim, estes gestores deverão informar à Assessoria Especial da Secretaria-Geral sobre mudanças significativas no processo de trabalho, objeto da gestão de riscos. Isto é, após a fase de análise e identificação dos riscos, a Assessoria Especial solicitará às unidades da secretaria escolhida, um breve e sucinto relatório das melhorias demonstrando a mudança nas atividades diárias com a implantação da gestão de riscos. A execução e a validação do projeto de implantação da gestão de riscos no âmbito do MPDFT devem pautar-se na busca dos melhores resultados para cumprimento dos objetivos estratégicos institucionais em todos os seus níveis organizacionais, de forma a atender aos interesses e às expectativas de seus beneficiários, sejam cidadãos ou organizações, com a finalidade maior de criar valor público.

Projetos de enfrentamento à corrupção

Execução da Campanha "O que você tem a ver com a Corrupção?" no Distrito Federal¹⁰

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos
Processo: Relacionamento com a sociedade
Valor: Integração com a sociedade e transformação Social

Objetivo estratégico relacionado:

Impunidade e corrupção combatidas

Descrição e resultados: A execução da campanha O que você tem a ver com a corrupção? no DF é coordenada pelo Promotor de Justiça Paulo Vinícius Quintela e tem por objetivos: 1) disseminar amplamente o conteúdo pedagógico da campanha: O que você tem a ver com a corrupção? em todos os estabelecimentos de ensino do Distrito Federal, além de outros espaços onde se reúnam os cidadãos, em especial, as crianças e adolescentes; 2) capacitar diretores de estabelecimento de ensino, professores, alunos e membros da comunidade escolar/acadêmica, sobre o tema e sobre o papel da educação cívica nas mudanças desses comportamentos nocivos a sociedade; 3) provocar a reflexão sobre as condutas e comportamentos dos educandos e educadores que corroboram com a cultura de falta de ética e da lei da vantagem; 4) identificar comportamentos nocivos banalizados na comunidade e suas consequências na sociedade; 5) oferecer meios para incentivar a capacidade de reflexão, ajudando na identificação e resolução dos problemas comunitários. Obtivemos com a implementação do projeto:

- 500 professores participaram do evento de lançamento da Campanha;
- 1790 alunos de escolas do DF assistiram às palestras da campanha;
- 30 alunos e pais assistiram às palestras na Semana De Educação Para A Vida;
- 800 pessoas (alunos, participantes da Rede Social e comunidade) participaram da Passeata do Dia Internacional de Combate à Corrupção;
- 6000 cartilhas foram confeccionadas em 2015;
- 21 banners e faixas confeccionados para a passeata;
- Campanha divulgada pela Jovem Pan;
- Estabelecimento da parceria com a Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia.

Educação Cidadã¹¹

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos
Processo: Relacionamento com a sociedade
Valor: Integração com a sociedade e transformação Social

Objetivo estratégico relacionado:

Impunidade e corrupção combatidas

Descrição e resultados: O MPDFT buscou por meio desta iniciativa provocar uma reflexão no tocante ao fenômeno da corrupção e sobre as condutas e comportamentos dos educandos e educadores que corroboram com a cultura da falta de ética e da lei da vantagem.

¹⁰ Disponível em: <https://bancoedeprojetos.cnmp.mp.br/Detail?idProjeto=1158>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

¹¹ Disponível em: <https://bancoedeprojetos.cnmp.mp.br/Detail?idProjeto=1390>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

Além da formação de um banco de voluntários, composto por estagiários, membros e servidores ativos e inativos, a compor o corpo de multiplicadores capacitados e responsáveis por disseminar boas práticas, fortalecer os freios morais com incentivo ao exercício da responsabilidade individual, coletiva e social em eventos promovidos pela instituição. Obtivemos como resultados:

- Realização de tratativas com o MPSC quanto ao material da campanha (personagem Zé Moral);
- Ações de divulgação composta por visitas nas instituições e grupos: DRE/DF, Secretaria de Educação (com o Secretário, Gestores de Regionais), EAPE, CGU, Defensoria Pública, Fórum Nacional Combate à Corrupção, UNESCO, ENCLA, Instituto ETHOS bem como reportagens: DF Record, Jornal Metrópole, Rádio Justiça, Globo DFTV;
- Criação de base de informações para o MPDFT na nuvem;
- Formação de Banco de voluntários *interna corporis* para eventos relacionados à corrupção e a capacitação presencial do voluntariado com intuito de capacitá-los a palestrar com uso do modelo de palestras gerado para o projeto;
- Semana de Educação para a vida, evento previsto em Lei Federal nº 11.988/09, com palestras educativas apresentadas pelos voluntários com intuito de disseminar entre os jovens a consciência da importância da honestidade, da transparência e de afastar a tendência de se tolerar a corrupção pequena que abre caminho para a prática em larga escala no cotidiano;
- 101 palestrantes (até maio de 2016) realizaram 190 visitas às escolas entre maio e novembro de 2016;
- Criação de vídeo do projeto pela Secretaria de Comunicação;
- Versões adaptadas do personagem Zé Moral para nível médio e fundamental, com previsão para o Ensino Infantil em 2017.

Cidadão contra a corrupção¹²

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos

Processo: Relacionamento com a sociedade

Valor: Integração com a sociedade e transformação Social

Objetivo estratégico relacionado:

Impunidade e corrupção combatidas

Descrição e resultados: O projeto tem como objetivo promover a cidadania por meio de iniciativas voltadas para a implantação de ações com caráter preventivo à corrupção em centros educacionais, entidades públicas ou privadas e outros espaços de acesso à sociedade, de modo a proporcionar reflexão quanto à necessidade de formar uma cidadania brasileira com caráter intransigente à corrupção, por meio de recursos como fóruns, palestras, colóquios, diálogos, encontros, materiais e sítio temáticos e boas práticas já implantadas no MPDFT. Dentre outros resultados, obtivemos:

- Criação de Grupo de Trabalho (GT) de membros e servidores;
- Estabelecimento de Metodologia para as palestras (organização, estrutura física, equipamentos, transporte);
- 2 Termos de Cooperação firmados;
- quatro treinamentos de multiplicadores voluntários;
- 268 multiplicadores voluntários treinados;
- 39 multiplicadores voluntários ministrando palestras;
- 127 escolas participantes de 17 Regiões Administrativas do DF;
- 245 palestras nas escolas;
- 38.074 alunos participantes das palestras;

¹² Disponível: <https://bancoedeprojetos.cnmp.mp.br/Detalhe?idProjeto=1757>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

- 12.000 adesivos de carro e praga;
- 6000 marcadores de texto distribuídos.

NaMoral¹³

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos

Processo: Relacionamento com a sociedade

Valor: Integração com a sociedade e transformação Social

Objetivo estratégico relacionado:

Impunidade e corrupção combatidas

Descrição e resultados: O MPDFT teve por objetivo fomentar a integridade e a cidadania em 10 escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, por meio do diálogo e ações educativas que promovam o engajamento dos alunos na missão de transformar sua escola em um ecossistema de integridade. O público foi composto por alunos dos anos finais do ensino fundamental (8º e 9º) das escolas públicas do DF. O fio condutor da metodologia é a gamificação, isto é, a apresentação dos propósitos em etapas bem definidas, envolvendo as escolas participantes numa grande gincana educativa, com tarefas desafiadoras e construtivas, que valem pontos. Com esta técnica, a conexão com os jovens se dá de forma empática, o que favorece o diálogo e motiva os estudantes no cumprimento das tarefas e missões, levando-os a um verdadeiro e intenso engajamento. O objetivo do projeto é o de fomentar a integridade e a cidadania em 10 escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, por meio do diálogo e ações educativas que promovam o engajamento dos alunos na missão de transformar sua escola em um ecossistema de Integridade. Destacamos que o projeto NaMoral foi agraciado com o segundo lugar na categoria redução da corrupção no Prêmio CNMP 2019. Dentre outros resultados:

- Implantação em 9 escolas públicas no ano de 2019, o projeto NaMoral exigiu a capacitação de 66 pessoas, sendo 20 servidores, 27 professores e 19 universitários. Foram trabalhados diretamente 250 alunos, que formaram as equipes nas escolas, e cujas ações de engajamento na comunidade escolar, somadas, alcançaram mais de 8.000 estudantes. O corpo docente engajado envolveu 84 professores do 8º e 9º anos.
- O projeto recebeu majoritariamente avaliações positivas, com notas entre 8 e 10, de todos os grupos que o compuseram: 80% dos voluntários integrantes do MPDFT; 77,78% dos voluntários professores; 100% dos voluntários universitários; 92% dos alunos.
- Os indicadores de impacto no ambiente escolar também foram promissores.
- No início do projeto, os professores e alunos foram orientados a responder um questionário que buscava mensurar os seguintes indicadores: 1) o quanto a escola e os alunos conhecem e praticam a integridade; 2) o interesse dos alunos pela escola; 3) a relação entre professores e estudantes; e 4) o cuidado para com o patrimônio público. Ao final do projeto, o questionário foi reaplicado aos mesmos grupos.
- A pergunta cujo resultado apresentou maior variação foi: “Os estudantes seguem as regras dentro de sala de aula?” As respostas de professores e alunos, no início do projeto, foram: 31,58% dos professores responderam que a minoria, ou nenhum aluno, se atinha às regras. Já entre os estudantes, 42,11% afirmaram que a maioria, ou todos, as respeitavam. Ao final, para a mesma pergunta, houve uma queda significativa nas respostas dos professores - apenas 12,5% mantinham a percepção inicial, ao passo que, entre os estudantes, houve uma elevação da percepção do respeito às regras, que passou a ser de 68,75%.
- Os dados obtidos para esta única pergunta sinalizam claramente a mudança de atitude dos estudantes após a implantação do projeto, mas há outros desdobramentos que impressionam, relatados pelos participantes, que validam os números obtidos e nos motivam a prosseguir: (1) Relato de estudante que recebeu troco a mais durante uma

¹³ Disponível em: <https://bancodeprojetos.cnmp.mp.br/Detalhe?idProjeto=2681>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

compra e que, por estar participando do projeto, refletiu sobre o ato de aceitar o dinheiro que não lhe pertencia, e devolveu a quantia indevida ao comerciante;

(2) Relatos de estudantes e professores sobre melhorias de notas em provas; (3) Caso de uma estudante que buscou o apoio da equipe do projeto para relatar situação de abuso sexual, evidenciando a confiança nos vínculos estabelecidos; (4) Caso de estudante em situação de depressão, com faltas frequentes, que se engajou ao projeto, ganhando mais motivação para frequentar as aulas e se aplicar nos estudos; (5) Caso de ambiente hostil e de brigas, incluindo uso frequente de armas brancas, que foi totalmente transformado com o projeto, proporcionando recuperação das relações antes conflituosas; (6) Relato de professora que se disse transformada após a execução do projeto em sua escola, pela constatação da mudança nas relações interpessoais, ressaltando que a sua carreira não seria mais a mesma, tamanho o impacto pessoal das vivências e atividades realizadas.

- Outros números também demonstram a robustez das ações implementadas pelo Ministério Público e realizadas pelas escolas nos 4 meses de duração do projeto: 1. Mais de 2.300 pessoas alcançadas no Instagram; 2. 45 rodas de conversa realizadas em 9 escolas; 3. 63 missões executadas pelas unidades escolares; 4. 22 reportagens de diversos veículos de comunicação; 5. Palestra dos caçadores de bons exemplos, com 80 pessoas presentes e 289 visualizações no Youtube; 6. Palestra Reflexão NaMoral, proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Roberto Barroso, com 202 pessoas presentes e 468 visualizações no Youtube; 7. Evento de entrega do “Oscar da Integridade” – Premiação das escolas, que contou com 350 presentes e 218 visualizações no Youtube.
- Vídeo do projeto: https://www.youtube.com/watch?v=arSbulsna0A&feature=emb_title

NaMoral - itinerário formativo

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos

Processo: Relacionamento com a sociedade

Valor: Integração com a sociedade e transformação Social

Objetivo estratégico relacionado:

Impunidade e corrupção combatidas

Descrição e resultados: O MPDFT com o objetivo de construir nas comunidades escolares, familiares e locais uma cultura de compromisso com a honestidade, integridade, retidão, justiça, cidadania ativa, consciência democrática participativa, responsabilidade, respeito, empatia e fraternidade de modo a construir, de forma intencional e estratégica, o pilar da prevenção primária à corrupção em resposta aos compromissos nacionais assumidos pelo Brasil como signatários Convenção de Mérida e na Declaração de Doha de que todo Estado Membro de fomentar a participação ativa da sociedade civil na prevenção e na luta contra a corrupção. O objetivo atende a necessidade nacional de sensibilizar a opinião pública com respeito à existência, às causas e à gravidade da corrupção, assim como a ameaça que esta representa para fomentar a intransigência à corrupção, por meio de um programa educacional replicável nacionalmente em larga escala, com início nos itinerários formativos dinâmicos e práticos a serem oferecidos, inicialmente, às unidades escolares de Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Iniciou-se a execução do projeto em dezembro de 2020, com a elaboração de planos de aula e material de apoio com base em conteúdo teórico e aspecto teórico-metodológicos aprovados pelo MPDFT e SEEDF. Ocorre com apoio de parceiros (ONGs, especialistas) e pedagogas voluntárias. Em um primeiro momento, comporão os itinerários formativos preconizados pela Nova Base Nacional Curricular Comum para o ensino médio da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Rede Unidas de Brazlândia

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos

Processo: Relacionamento com a sociedade

Valor: Integração com a sociedade e transformação Social

Objetivo estratégico relacionado:

Criminalidade combatida

Descrição e resultados: O projeto Rede Unid@s Brazlândia tem por escopo a prevenção e o combate aos crimes de violência doméstica, bem como a promoção da melhoria do atendimento multidisciplinar das vítimas de violência doméstica pelas instituições públicas. Considerando que a Rede Unid@s Brazlândia se coloca como um instrumento para integrar e provocar melhorias nos serviços prestados à comunidade local, é importante salientar diretrizes de sua atuação já pactuadas pelas instituições integrantes, a saber: Continuidade/Permanência temporal; Horizontalidade das relações entre seus integrantes; Gestão Compartilhada e Descentralizada; Liberdade de circulação de informações em seu interior. As principais linhas de ação desta Rede foram: 1) Estabelecimento de um fluxo de comunicação formal entre as Polícias Civil e Militar, Tribunal de Justiça, Ministério Público, NAFVD, CREAS, Hospital Regional de Brazlândia e Defensoria Pública; 2) Capacitação dos integrantes da Rede Social Local, executada por meio de um curso presencial; 3) Socialização de informações com a comunidade de Brazlândia por meio da elaboração de material informativo, que dispõe os serviços existentes na comunidade; 4) Realização de palestras educativas sobre o tema Violência Doméstica nas instituições públicas e privadas de Brazlândia; 5) Realização de palestras educativas sobre o tema Violência Doméstica nas escolas públicas Brazlândia; 6) Estimulou a realização de trabalho integrado entre os membros das Promotorias de Justiça, e os demais setores da CPJBZ. Por meio dessas frentes de ação, o Projeto da Rede Unid@s Brazlândia permitiu que o Ministério Público atuasse nas demandas apresentadas, se aproximando de forma mais efetiva da sociedade e gerando maior impacto no enfrentamento da violência doméstica. Dentre outros resultados, obtivemos:

- Criação de um fluxo de comunicação formal entre as Polícias Civil e Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, NAFVD, CREAS, Hospital Regional de Brazlândia e Defensoria Pública;
- Realização de Curso de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Foram capacitadas 46 pessoas.
- Realização do I Encontro de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher em Brazlândia, no ano de 2017. O evento ocorreu na Sede do CRAS Brazlândia no dia 17/03/2017, com a participação de 800 (oitocentas) mulheres, e contou com estandes para atendimento dos seguintes serviços: Delegacia móvel, Defensoria Pública, Ouvidoria do MPDFT, Programa Pai Legal com inscrição no centro olímpico para agendamento de exame preventivo oficinas para mulheres.
- Realização do II Encontro de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher em Brazlândia em 2018. O evento ocorreu na sede da Escola Parque da Natureza de Brazlândia no dia 14/11/2018, com participação de 300 alunos, o evento contou com diversas palestras e oficinas sobre o tema e apresentações de dança e teatro.
- Foi editada uma filipeta para divulgação das funções e atividades realizadas pelos integrantes da Rede Unid@as, com uma tiragem inicial de 1000 (mil) exemplares.

Mapa Social da Saúde¹⁴

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos
Processo: Proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis
Valor: Proteção dos direitos do cidadão e da comunidade

Objetivo estratégico relacionado: políticas públicas fiscalizadas e asseguradas

Descrição e resultados: Por meio do Mapa Social da Saúde, o MPDFT busca consolidar informações em ferramenta de Business Intelligence (BI) (Qlik Sense), a fim de obter cenário da realidade social do Distrito Federal, por meio de dados e indicadores sobre a saúde, disponibilizados por diferentes órgãos e instituições públicas, para maior transparência das informações públicas relacionadas aos direitos constitucionais e monitoramento do orçamento público para atuação judicial e extrajudicial, mais efetiva. Inicialmente será definido grupo de trabalho responsável pela construção do banco de informações sobre a Saúde no DF. O grupo realizará estudo sobre a organização da saúde, obtendo-se o cenário inicial e lista de indicadores divulgados por outras instituições públicas para posterior envio às Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus). Após levantamento, a PDDC e a Prosus selecionarão em conjunto os indicadores sociais a serem utilizados no desenho inicial do Mapa Social da Saúde e definirão as questões a serem respondidas pela primeira versão. Em seguida, haverá a elaboração do glossário com os principais conceitos abordados. O grupo de trabalho enviará os dados para a Assessoria de Gestão de Informações da Secretaria de Planejamento (Aginf/Secplan) para tratamento e análise da fórmula de cálculo dos indicadores com base nas definições das respostas desejadas. Posteriormente, as fórmulas de cálculo e tabelas ajustadas serão encaminhadas à STI para alimentar a ferramenta de BI. Essa ferramenta será alimentada, e os dados inseridos serão revisados pelo grupo de trabalho. Em seguida, a SECOM será demandada para atualização da página do Mapa Social na intranet, bem como redefinição do layout e avaliação da forma de divulgação. Após todas as etapas acima concluídas, será autorizada a publicação da primeira versão do Mapa Social da Saúde na intranet para acesso interno apenas, com lançamento por meio de cerimônia de lançamento. Por fim, após o lançamento, serão contabilizados os acessos à ferramenta e analisada as intercorrências geradas no período de teste para serem corrigidas quando da publicação na internet. Dentre outros resultados:

- houve a publicação da Nota Técnica da Saúde, nº 37/2019.
- Análise e discussão sobre os pontos que interessam ao Mapa da Saúde nesse primeiro momento; e
- Minuta do Termo de Cooperação entre MPDFT e SES.

¹⁴ Disponível em: <https://bancoedeprojetos.cnmp.mp.br/Detail?idProjeto=2686>. Acesso em 17 de fev. de 2021.

Mapa Social da Educação¹⁵

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos
Processo: Proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis
Valor: Promoção da Justiça e redução de conflitos

Objetivo estratégico relacionado: políticas públicas fiscalizadas e asseguradas

Descrição e resultados: Por meio do Mapa social da Educação, o MPDFT busca consolidar dados oficiais sobre a educação do Distrito Federal, apoiando, precipuamente, o planejamento, a atuação e as tomadas de decisão da PDDC e das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (Proeduc), viabilizando assim, uma forma mais efetiva de cumprimento das atribuições institucionais do MPDFT na defesa dos direitos dos cidadãos. O Mapa Social da Educação também será disponibilizado para sociedade, que terá acesso em um só ambiente a importantes fontes de informação, melhorando a transparência pública e incentivando a atuação do cidadão no controle social. O Projeto consiste em criar, alimentar e consolidar informações, em sistema próprio, a fim de fornecer um cenário da realidade social do Distrito Federal, por meio de dados e indicadores sobre a educação do DF disponibilizados por diferentes órgãos e instituições públicas, de modo a se ter mais transparência das informações públicas relacionadas aos direitos constitucionais e monitoramento do orçamento público que possam vislumbrar uma atuação, judicial e extrajudicial, mais eficaz do MPDFT. Dentre outros resultados:

- Obtivemos a listagem dos indicadores sociais da educação;
- Lançamento da ferramenta Mapa Social da Educação na intranet do MPDFT;
- Tutorial do Mapa Social da Educação Básica.

Orçamento participativo ¹⁶

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Governança
Processo: Políticas Institucionais
Valor: Cultura para resultados

Objetivo estratégico relacionado: Viabilizar os recursos necessários para atendimento das demandas institucionais

Descrição e resultados: O MPDFT, por meio dessa iniciativa, buscou atender às demandas institucionais por meio do planejamento orçamentário e financeiro coerente à elaboração e à consolidação da proposta orçamentária de despesas novas, que impactassem o orçamento do exercício seguinte, além de regulamentar a nova proposta de metodologia. Em gestão pública é salutar a gestão de informações eficiente e de qualidade, para que possamos planejar nossas ações e preparar a Instituição para o futuro. Nesse sentido, o orçamento institucional é a ferramenta de planejamento e representa o fluxo de ingresso de recurso para o funcionamento da instituição. Portanto, faz-se necessário a previsão de despesas impactantes que possam desestruturar o planejamento das despesas continuadas já previamente incluídas na proposta orçamentária. O Orçamento Participativo (OP) é um instrumento que permitirá às unidades da área fim do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) solicitarem

¹⁵ Disponível em: <https://bancoedeprojetos.cnmp.mp.br/Detalhe?idProjeto=2685>. Acesso em 17 de fev. de 2021.

¹⁶ Disponível em: <https://bancoedeprojetos.cnmp.mp.br/Detalhe?idProjeto=1388>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

despesas não previstas no orçamento tradicional, ou seja, aquelas despesas novas, que possam impactar o orçamento do ano seguinte. As despesas corriqueiras, tais como microcomputadores, cadeiras, serviços de segurança essas não serão passíveis de solicitação, visto que, já há a previsão automática realizada pelos departamentos responsáveis. Com esse instrumento, é possível maior participação das unidades da área fim no orçamento institucional, visto que elas serão consultadas acerca das necessidades existentes com a consolidação final encaminhada à Assessoria de Políticas Institucionais (API) para análise dos dados, inclusão e exclusão do que julgar necessário para encaminhamento da proposta final à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF). O projeto se tornou uma importante interligação entre as áreas meio e fim. Pois com a participação direta das áreas, pretende-se melhor definir as prioridades essenciais para a Instituição, abrindo espaço, para que as áreas opinem sobre a aplicação das verbas orçamentárias. E, ainda, incentivá-las a se tornarem partes ativas e pensantes da Instituição para adequar os recursos às necessidades de todos e, principalmente, prestar serviço de melhor qualidade à população. Obtivemos dentre outros resultados:

- Pesquisas de elaboração orçamentária de despesas;
- Proposta consolidada de despesas;
- Parecer com determinação da competência governamental para execução da metodologia proposta;
- Manual de rotinas da metodologia proposta;
- Portaria de institucionalização da metodologia com regras e responsáveis pela ação;
- Treinamento da área responsável pela execução da metodologia.

O Patrimônio Público é de todos¹⁷

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalístico

Processo: Integração com a sociedade e transformação Social

Valor: Integração com a sociedade e transformação Social

Objetivo estratégico relacionado:

Impunidade e corrupção combatidas

Descrição e resultados: O projeto implementado no âmbito do MPDFT teve por objetivo fomentar a concepção do patrimônio público como um conjunto de bens e valores de titularidade de toda a sociedade, superando-se a cultura de tratamento da esfera pública como “coisa” de ninguém. Para tanto, promove-se a destinação dos recursos provenientes de condenações judiciais ao pagamento de multas civis em ações de improbidade administrativa para a realização de projetos relacionados ao fortalecimento da cidadania e ao combate à corrupção, em entidades públicas ou privadas de interesse social. Ocorreu a partir de parcerias que foram firmadas utilizando-se de estrutura administrativa já existente no MPDFT, denominada de Central de Medidas Alternativas (CEMA), responsável até então por cadastrar entidades públicas e sociais para a destinação somente das medidas alternativas penais. A CEMA/MPDFT passou, então, a cadastrar projetos de entidades públicas e de interesse social para o recebimento de recursos de multas civis oriundas de condenações em ações civis de responsabilização por ato de improbidade administrativa. Os projetos são selecionados considerando aspectos como (1) o impacto positivo em se conferir visibilidade aos atos de corrupção, (2) o ganho social para a comunidade e (3) a repercussão em termos de formação de cidadania ativa e construção de cultura ética para o controle social e a prevenção primária à corrupção. Foram mapeadas todas as ações de improbidade administrativa vinculadas às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social do MPDFT, criando-se sistemática de cadastro e acompanhamento das ações em tramitação e daquelas em fase de cumprimento de sentença para o programa.

¹⁷ Disponível em: <https://bancodeprojetos.cnmp.mp.br/Detalhe?idProjeto=2476>. Acesso em 12 de fev. de 2021.

O levantamento possibilitou a aferição dos valores totais em recuperação para a reparação dos danos ao erário, bem como em relação às multas civis aplicadas. Quando ocorre o depósito judicial do valor de determinada multa, a Promotoria de Justiça habilita um dos projetos de destinação social e requer ao juízo a expedição de alvará para a instituição beneficiada. A fiscalização da correta aplicação dos recursos para o cumprimento do projeto é realizada pela Central de Medidas Alternativas ou/e pela Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social. Obtivemos como resultados:

1) Destinação social de recursos provenientes de condenações a multas civis em ações de improbidade administrativa para escolas públicas do Distrito Federal.

2) Total de recursos destinados até fevereiro de 2019: R\$1.066.357,09 (um milhão, sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e sete reais e nove centavos).

Projetos sociais agraciados:

- Reforma da quadra poliesportiva e centro paraolímpico da Escola de Ensino Social nº 1 de Planaltina/DF, para atender crianças, jovens e adultos portadores de necessidade especiais, e funcionar como centro de treinamento da equipe paraolímpica de basquete - concluída.
- Construção de quadra poliesportiva na escola rural: Escola Classe Córrego das Corujas - Ceilândia/DF.
- Construção de quadra poliesportiva na escola rural Escola Classe Lajes da Jibóia - Ceilândia/DF.
- Construção de quadra poliesportiva na escola rural Centro de Ensino Fundamental Ponte Alta do Baixo - Gama/DF.
- Construção de quadra de esportes na escola rural Centro Educacional Engenho das Lages - Gama/DF.
- Construção de quadra poliesportiva na escola rural Escola Classe ETA 44 - Planaltina/DF.
- Construção de quadra poliesportiva na escola rural Escola Classe Frigorífico Industrial - Planaltina/DF.
- Construção de quadra poliesportiva na escola rural Escola Classe Aguilhada - São Sebastião/DF.
- Construção de quadra poliesportiva na escola rural Escola Classe São Bartolomeu - São Sebastião/DF.
- Construção de quadra poliesportiva na escola rural Escola Classe Córrego do Arrozal - Sobradinho/DF.
- Construção de quadra poliesportiva na escola rural Centro de Ensino Fundamental Queima Lençol - Sobradinho/DF.
- Estruturação de laboratório de informática no Centro de Ensino Especial 1 de Santa Maria/DF, para atender alunos portadores de necessidades especiais.
- Premiação para as escolas públicas vencedoras do concurso “Transparências nas Escolas é Legal”, que visa fomentar o controle social pela comunidade escolar da aplicação das verbas descentralizadas da educação.

Como anda meu ônibus - Observatório da política do serviço de Transporte Público Coletivo do DF¹⁸

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos

Processo: Relacionamento com a sociedade

Valor: Integração com a sociedade e transformação Social

Objetivo estratégico relacionado: Cidadania Fortalecida

Descrição e resultados: O projeto teve por objetivo fomentar o controle social da política pública de Transporte Coletivo Rodoviário do Distrito Federal, proporcionando aos cidadãos o conhecimento dos dados relativos à gestão e à execução orçamentária, bem como disponibilizando ferramenta útil para a avaliação e o acompanhamento do serviço público, por meio de auditoria cívica a ser realizada em todo o Distrito Federal. Para isso, foi desenvolvido a partir de três vetores: (1) Realização de Auditoria Cívica do Transporte Público Rodoviário do DF; (2) Divulgação de dados relacionados à execução orçamentária da política pública: serão utilizadas as notas técnicas elaboradas pela Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão (PDDC) e cards simplificados elaborados pela Secretaria de Comunicação. Arelada à avaliação qualitativa da política pública do STPC pelos usuários, por meio da auditoria cívica, o projeto tem como objetivo levar ao cidadão informações relativas aos valores orçamentários envolvidos no serviço, como forma de ampliar a transparência pública e fomentar o controle social; e (3) Publicização dos resultados da auditoria cívica e estabelecimento de plano de ação para a melhoria do STPC, contendo metas, responsáveis e cronograma, envolvendo a Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal e outros entes públicos ou privados, responsáveis pela política pública de transporte coletivo. Os relatórios produzidos a partir da auditoria cívica serão tornados públicos no sítio eletrônico do MPDFT. A Instituição atua junto à Secretaria de Estado de Mobilidade para que sejam criados Planos de Ação para a melhoria da qualidade de serviço, sem prejuízo da tomada de providências nos âmbitos judicial e extrajudicial inseridas nas atribuições da PRODEP e da PDDC, no que concerne à fiscalização do STPC. As informações relativas aos três vetores serão compiladas no sítio eletrônico do MPDFT, onde serão divulgados os relatórios trimestrais da auditoria cívica, as atividades relacionadas ao projeto e as demais notícias. Com a implementação do projeto obtivemos como resultados:

- 1 Parceria firmada entre MPDFT e Instituto de Fiscalização e Controle;
- 1 questionário eletrônico de avaliação de transporte público no DF
- https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=931;
- 1º relatório trimestral apontando as falhas do transporte rodoviário coletivo do DF pela sociedade
https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/noticias/novembro_2019/Relatorio_1%C2%BA_Trimestre_-_Como_Anda_Meu_%C3%94nibus.pdf
- 9 blitzes realizadas nas seguintes localidades: Rodoviária do Plano Piloto (duas vezes), Recanto das Emas, Ceilândia, Samambaia, Santa Maria, Taguatinga, Asa Sul (W3 Sul) e Asa Norte (Universidade de Brasília);
- Foram elaborados 7 cards de divulgação do projeto nas redes sociais do MPDFT e 20 cards de divulgação nas redes sociais do IFC;
- 9 reportagens em rádios;
- 12 reportagens em TV;
- 30 reportagens em sítios eletrônicos;
- 2323 participantes da sociedade com registro no questionário de avaliação dos serviços de transporte rodoviário coletivo;
- Participaram residentes de 45 regiões do DF e da RIDE;

¹⁸Disponível em: <https://bancodeprojetos.cncmp.mp.br/Detalhe?idProjeto=2680>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

- Produção dos seguintes materiais publicitários pelo IFC: camisetas: 100 unidades, marcadores de livros: 30.000 unidades, panfletos: 30.000 unidades, adesivos: 10.000 unidades;
- 2 reuniões entre o MPDFT e a Secretaria de Mobilidade do DF para apresentar os resultados da auditoria cívica;
- 5000 pessoas recebendo material publicitário;
- 1 vídeo documentário produzido.

Rede Urbanidade – Rede de Promoção da Mobilidade Sustentável e do Transporte Coletivo do Distrito Federal

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos

Processo: Relacionamento com a sociedade

Valor: Proteção dos direitos do cidadão e da comunidade

Objetivo estratégico relacionado: Cidadania Fortalecida

Descrição e resultados: O MPDFT por meio do Rede Urbanidade criou um espaço democrático de discussão, articulação e busca de soluções compartilhadas para as questões relacionadas à mobilidade urbana do Distrito Federal. As atividades da Rede têm sido constantemente divulgadas por intermédio da Secretaria de Comunicação do MPDFT. Em levantamento realizado pela empresa de Clipping que presta serviços ao Ministério Público, as notícias veiculadas no ano de 2020 acerca da Rede Urbanidade atingiram uma equivalência comercial de R\$ 2.378.847,00, o que pode trazer benefícios para a imagem do MPDFT, da Rede e das instituições e movimentos que a integram e, principalmente, benefícios para a mobilidade urbana do Distrito Federal. São elas:

- Em razão da pandemia de Covid-19, foi necessária a adaptação dos meios de comunicação entre os membros da Rede Urbanidade. Assim, foram criados grupos de WhatsApp para a comissão principal e para as subcomissões, porém, medidas estão sendo adotadas para a migração dessas atividades para a plataforma Microsoft Teams.
- Realização, via Youtube, de webinários de iniciativa da Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb) a partir das expertises e experiências de especialistas, integrantes do Ministério Público, acadêmicos, gestores públicos, jornalistas e representantes da sociedade civil organizada que se dedicam à mobilidade para debater com a sociedade temas como acessibilidade e mobilidade urbana, transporte público coletivo e mobilidade ativa em tempos de pandemia. São eles: Projeto Zona Verde: um debate necessário; Acessibilidade de Mobilidade Urbana; A realidade do transporte público coletivo no DF: desafios e potencialidades; Avenida W3 Sul do Plano Piloto de Brasília: passado, presente e futuro; Desafios da mobilidade ativa em tempos de pandemia; Projetos Urbanos de Mobilidade no DF em debate; Aonde leva minha calçada; Outro olhar para o trânsito: crimes, impunidade, perdas e danos; Mobilidade por bicicleta no DF: o que pensam os ciclistas; trabalho em transportes: da precarização à responsabilidade social; Educação para o trânsito em tempos de pandemia; Transporte coletivo em tempos de Covid-19; O olhar e as abordagens do jornalismo sobre a mobilidade urbana.
- Criação de página da Rede Urbanidade com acesso público pelo link: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/programas-e-projetos-menu/rede-urbanidade>.

- Realização de vistoria na ciclovia recém-concluída no Trevo de Triagem Norte (TTN) pela Proureb, integrantes do blog Brasília para Pessoas e das entidades Rodas da Paz, Bike Anjo e Andar a Pé, além do *bike* repórter Afonso Moraes. Também acompanharam o grupo representantes do DER-DF e da Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob). A iniciativa objetiva garantir o respeito aos direitos de pedestres, ciclistas e usuários do transporte coletivo na área do TTN com instauração posterior de procedimento para obter informações sobre as soluções adotadas pelo Distrito Federal e pelo DER-DF. Entrega: Relatório da vistoria realizada em novembro de 2020 na ciclovia do Trevo de Triagem Norte – TTN;
- Realização de vistoria na Rodoviária do Plano Piloto, que resultou na elaboração do relatório técnico nº 22/2020 e ajuizamento de ação civil pública, ainda em tramitação, para obrigar o Distrito Federal, dentre outras providências, a instalar bicicletário com segurança, acessibilidade e controle de acesso no local. Entregas: Relatório da vistoria realizada na Rodoviária de Brasília e Ação Civil Pública para instalação de bicicletário e
- integração das ciclovias e calçadas na Rodoviária de Brasília; Contribuições/questionamentos sobre o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal; Contribuições/questionamentos sobre a proposta de parceria público-privada para implantação da Linha 1 do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT na Avenida W3, ligando o Aeroporto Juscelino Kubitschek, o Terminal da Asa Sul e o Terminal da Asa Norte; Carta aberta sobre a mobilidade urbana durante a pandemia e no período pós-pandemia; Apoio às contribuições da sociedade civil organizada ao Plano de Mobilidade Ativa do Distrito Federal; Nota sobre a abertura da W3 Sul aos pedestres e ciclistas, aos domingos e feriados; Apoio à manifestação da sociedade civil organizada sobre a proposta de cobrança de estacionamento em áreas públicas do Distrito Federal – Projeto Zona Verde; Contribuições/questionamentos sobre o projeto de Concessão para Gestão, Operação e Manutenção dos Serviços de Transporte Metroviário do Distrito Federal; Contribuições/questionamentos sobre a concessão da Rodoviária de Brasília, em parceria com o Instituto MDT; Contribuições/questionamentos sobre a concessão do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF (STPC/DF), em parceria com o Instituto MDT.

Nós podemos muito mais¹⁹

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos

Processo: Atuação criminal

Valor: Promoção da Justiça e redução de conflitos

Objetivo estratégico relacionado: Cidadania Fortalecida

Descrição e resultados:

O MPDFT objetiva estabelecer metodologia de assessoramento às promotorias de Justiça nas Medidas Alternativas de transação penal e suspensão condicional do processo; Apresentar nova metodologia para os membros, servidores e instituições parceiras; Realizar ações de divulgação para conhecimento de todos os integrantes do MPDFT; Organizar evento de apresentação de resultados obtidos com a aplicação da nova metodologia de trabalho da Coordenadoria Executiva de Medidas Alternativas (Cema) e dos Setores de Controle e Acompanhamento das Medidas Alternativas (Semas);

¹⁹ Disponível em: <https://bancoedeprojetos.cnmp.mp.br/Detalhe?idProjeto=1841>. Acesso em 17 de fev. de 2021.

Aprimorar o intercâmbio de informações entre a Coordenadoria Executiva de Medidas Alternativas (Cema) e dos Setores de Controle e Acompanhamento das Medidas Alternativas (Semas); Intensificar parcerias e trabalho em rede de cooperação com setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade geral; Vincular o Sistema de Medidas Alternativas (SMA) ao NeoSispro; e Validar o projeto Nós podemos muito mais: Trabalhando em Rede com a Rede. A Lei 13.019/2014 estabelece o regime jurídico de parcerias entre administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. Para subsidiar a atuação dos membros, os estudos realizados pela equipe da Coordenadoria Executiva de Medidas Alternativas (Cema) concluíram pela necessidade de planejar, orientar e supervisionar a elaboração e desenvolvimento de projetos, visando à concretização dos objetivos das alternativas penais. Então, entendemos ser necessária a criação de mecanismos que promovam maior transparência quanto à utilização dos recursos para que Ministério Público e a sociedade possam dimensionar o alcance social de tais encaminhamentos. Além disso, com o surgimento de demandas, até então inéditas, no regular processo de trabalho das medidas alternativas, fez-se necessária a elaboração de metodologia totalmente inovadora, que contemple tais demandas, bem como permita adaptação às novas que surgirem no curso da execução desse projeto. Portanto, vemos a necessidade de testar e validar metodologia inovadora de atuação da Cema, que consiste em buscar na rede parceira e dela extrair projetos específicos que possam ser subsidiados com as prestações pecuniárias resultantes das conversões em acordos de suspensão condicional do processo (art. 89, Lei nº 9.099/95). O projeto apresentou, dentre outros resultados:

- Manual com passo a passo da metodologia de orientação às instituições parceiras;
- Manual de processos e procedimentos de medidas alternativas;
- Criação de página na Intranet / MPDFT para armazenamento e divulgação de informações referentes aos trabalhos desenvolvidos;
- Dois eventos de apresentação dos resultados gerados com a execução do projeto;
- Cerca de 190 ações provenientes dos recursos recebidos tais como reparo da Biblioteca do Núcleo de Educação, Ambiental do Parque Nacional de Brasília, aquisição de mobiliário para salas de aula da Casa de Ismael, Lar da Criança;
- Aquisição de playground para o Centro Educacional Taquara.
- Foram destinados mais de R\$ 1 milhão de multas de condenações de improbidade administrativa para 11 escolas públicas do DF.

Ministério Público como agente de fomento e monitoramento da política pública de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher²⁰

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos

Processo: Atuação Criminal

Valor: Promoção da Justiça e redução de conflitos

Objetivo estratégico relacionado: Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos

Descrição e resultados: O projeto "Ministério Público como agente de fomento e monitoramento da política pública de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher" mostra-se atual e com potencial que poderá legitimar o MPDFT como uma referência no fomento e acompanhamento de políticas públicas. Busca um aperfeiçoamento das respostas à sociedade por meio do aprimoramento dos serviços de enfrentamento à violência doméstica.

²⁰ Disponível em: <https://bancodeprojetos.cnmp.mp.br/Detalhe?idProjeto=2870>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

O projeto é composto pelas etapas abaixo: 1. Caracterizar os equipamentos de enfrentamento à violência contra a mulher no Distrito Federal; 2. Identificar o perfil socioeconômico da população do Distrito Federal; 3. Reconhecer experiências exitosas de enfrentamento à violência contra a mulher; 4. Firmar parcerias; 5. Validar o projeto. Para cada eixo há ações predefinidas que junto com a bibliografia especializada sobre o tema subsidiarão a análise qualitativa dos dados. Será solicitado à Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal, bem como outros órgãos da administração pública local, informações pertinentes acerca da temática em questão. Os produtos do trabalho serão: relatórios técnicos e pareceres que serão disponibilizados a fim de subsidiar a atuação dos membros do MPDFT. Dentre outros resultados:

- Realização de visita ao Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM/Ceilândia); ao Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM/Asa Sul); Núcleo de Atendimento à Família e aos autores de Violência Doméstica – NAFVD e CASA ABRIGO com intuito de mapear a atual situação dos equipamentos voltados ao enfrentamento à violência doméstica contra a mulher;
- Encontro com cigana Sônia Pereira dos Reis Silva, atuante na área de prevenção à violência contra as mulheres do campo, no Núcleo de Gênero, do Núcleo de Direitos Humanos, para conversar sobre novas estratégias de prevenção à violência contra as mulheres que moram nas áreas rurais
- Realização de 3 reuniões do Núcleo de Gênero, do Núcleo de Direitos/MPDFT, e a Secretaria de Estado da Mulher para verificar a situação dos equipamentos voltados ao enfrentamento à violência contra a mulher (conforme anexo relatorio.pdf);
- Apresentação, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, de parecer técnico n. 01/2019 do NG/NDH sobre os serviços de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no DF (CEAM e NAFVD) com participação do Núcleo de Gênero, Deputado Distrital Leandro Grass e à Deputada Distrital Júlia Lucy.
- Realização de Audiência Pública (Feminicídio) com o objetivo de apresentar o Parecer técnico n. 01/2019 do NG/NDH (MPDFT) sobre os serviços de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no DF (CEAM e NAFVD) e possíveis ações a serem implementadas pela CLDF. Participantes: NG, Deputada Distrital Júlia Lucy.
- Relatório analítico contendo informações socioeconômicas da população do Distrito Federal com distribuição e estrutura dos serviços de atendimento;
- Termo de parceria firmado com a Universidade de Brasília para garantir a elaboração do "Guia de prevenção à violência contra a mulher imigrante".
- Apresentação do projeto no IV Congresso Internacional dos Direitos Humanos de Coimbra: <https://leopoldosoares8.wixsite.com/anaiscidp/copia-edicao-2018-no-3-vol-1>

Pés na rua: política para inclusão social da população em situação de rua do Distrito Federal²¹

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos

Processo: Proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis

Valor: Proteção dos direitos do cidadão e da comunidade

Objetivo estratégico relacionado: Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos

Descrição e resultados: O MPDFT pretende com o projeto Pés na Rua fomentar acompanhar a execução da Política para inclusão social da população em situação de rua do Distrito Federal. Para atender aos objetivos propostos, utilizou-se diferentes técnicas metodológicas,

²¹ Disponível em: <https://bancoedeprojetos.cnmp.mp.br/Detalhe?idProjeto=2880>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

tendo como referências fontes secundárias, como a análise documental – atas de reuniões, legislações, normativas e relatórios de gestão – e ainda fontes primárias, por meio de: (i) requisições formais a diferentes áreas técnicas do MPDFT, como também para diferentes órgãos da administração pública, em especial, para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; (ii) visita de campo e aplicação de questionários semiestruturados nos serviços voltados ao atendimento de pessoas em situação de rua. Para a análise dos dados coletados, recorreu-se a discussão proposta por Boschetti²² (2009), a partir dos seguintes eixos estratégicos, sendo eles: (i) Direitos previstos e implementados, onde se levou em conta o tipo de serviço e programa e as disposições previstas no Decreto Distrital nº 33.779, de 06 de julho de 2012 e no Decreto Federal nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, cotejando-se com o que foi implementado pelo GDF. Como recorte inicial optou-se por conhecer a realidade dos serviços especializados no âmbito da assistência social; (ii) Controle social, este indicador levou em consideração os mecanismos de controle que a sociedade dispõe para acompanhar as ações desenvolvidas pelo poder público; (iii) um terceiro indicador foi incorporado em 2020, o qual refere-se ao monitoramento das ações do poder público durante a pandemia do novo coronavírus; (iv) 2 estudos e pesquisas de experiências exitosas no Brasil e exterior e análise comparativa na área de políticas públicas para a população em situação de rua; v) parcerias institucionais para aprimorar os métodos de análise das políticas públicas para a população em situação de rua; vi) 3 diligências sobre orçamento público para as políticas de atendimento as pessoas em situação de rua em parceria com o Núcleo de Orçamento da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão (PDDC). Dentre outros resultados:

- Visita institucional ao Centro Pop Taguatinga, Centro Pop Asa Sul, Centro de atenção psicossocial (Setor Comercial Sul);
- Reunião intersetorial com IBGE, Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão, Núcleo de Enfrentamento à discriminação para analisar a possibilidade de inclusão da população em situação de rua no Censo 2020;
- Constatação de violações de direitos contra as pessoas em situação de rua;
- Mapeamento do Buraco do Rato (Setor Comercial Sul) para apurar casos de violência contra as pessoas em situação de rua com NDH/MPDFT e Conselho Nacional dos Direitos Humanos; Relatório contendo diagnóstico dos equipamentos voltados ao atendimento das pessoas em situação de rua no Distrito Federal;
- Acompanhamento das ações do poder público durante a pandemia do novo coronavírus. Portanto, as ações de monitoramento e fiscalização realizadas pelo NED durante a pandemia envolveram áreas como: segurança alimentar; adequação da infraestrutura das unidades de acolhimento; fornecimento de equipamentos de proteção individual e testes rápidos para as equipes.

Ágora - Rede de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes de São Sebastião

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos

Processo: Atuação Criminal

Valor: Proteção dos direitos do cidadão e da comunidade

Objetivo estratégico relacionado: Crianças e adolescentes protegidos

Descrição e resultados: Por meio do projeto Ágora - Rede de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes de São Sebastião, o MPDFT buscou o fortalecimento das estratégias de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em São Sebastião, por meio de palestras de sensibilização e prevenção em escolas públicas e pelo fomento à integração entre as instituições da rede de atendimento a

²²BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/V6W3K9PDvT66jNs6Ne91.pdf>. Acesso em: 17 de fev. 2021.

vítimas de violência sexual para acolhimento de forma adequada, visando o seu atendimento integral. Para a implementação, o público escolhido foi a escola-Classe 104 de São Sebastião/DF, localizada na Quadra 104, Lote 01, Residencial Oeste – São Sebastião/DF. A articulação em rede foi um dos pontos cruciais para viabilização do projeto foram articuladas ações com *stakeholders* internos (Setor de Análise Psicossocial de São Sebastião e Chefia de Gabinete de São Sebastião) e externos por meio de reuniões com a rede de atuação junto à comunidade local (Conselho Tutelar, 21º Batalhão de Polícia Militar, Defensoria Pública, dentre outras). Dessa forma foi possível obter atendimento integrado e integral à vítima de violência doméstica (VD) e mapear o fluxo de atendimento às vítimas de VD.

Pesquisa Integrada (PIN)

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Gestão

Processo: Tecnologia da Informação

Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Objetivo estratégico relacionado:

Criminalidade combatida

Descrição e resultados: O sistema Pesquisa Integrada - PIN, lançado em 2019, permite consulta, de maneira rápida e simples, a diversas bases de dados de órgãos públicos, locais e federais para localização de informações de pessoas físicas e jurídicas incluídas em processos judiciais ou em procedimentos extrajudiciais no qual o MPDFT atua. Além do retorno instantâneo da informação desejada advinda de uma base composta por aproximadamente 1 bilhão de registros, o PIN possui interface responsiva, podendo ser acessado por todo o MPDFT pelo computador ou celular. O usuário pode gerar relatórios da pesquisa realizada, que é auditada, garantindo assim agilidade, segurança e integridade das consultas realizadas. A primeira versão do sistema PIN, permitia consulta a diversas bases de dados para localização de possíveis endereços. Em 2020 foi lançada a atualização do sistema que, além de possíveis endereços, retorna como resultado da pesquisa por CPF/ CNPJ: data de nascimento ou data de abertura, em caso de CNPJ; informações de óbito; filiação; número de documentos, como título de eleitor; e possíveis telefones. O sistema foi concebido para oferecer dados assertivos com a realização de melhorias nas bases brutas que possuem lacunas de informação. Também conta com a possibilidade de escalabilidade, já que foi projetado para poder conectar diversas bases e fontes de dados que estejam disponíveis pelo órgão. Após apenas um ano de seu lançamento, o CI já registrava mais de 16 mil consultas ao PIN, percebendo-se uma crescente utilização do sistema, pelo MPDFT, havendo uma média de 150 relatórios automáticos gerados por dia. Assim, o PIN auxilia na análise e na inteligência de dados e no aprimoramento da atividade investigativa, sendo uma ferramenta que auxilia o acesso à informação, oferecendo maior autonomia e segurança ao trabalho dos membros e servidores do MPDFT, permitindo, deste modo, maior celeridade no cumprimento de suas atribuições.

Apreensões

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Gestão
Processo: Tecnologia da Informação
Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Objetivo estratégico relacionado:

Criminalidade combatida

Descrição e resultados: Lançado em 2013, o Sistema de gestão de autos de apreensão foi inicialmente concebido para gerenciar o estoque de itens de busca e apreensão sob a guarda do CI. O sistema nasceu a partir de um controle de itens apreendidos em planilha Excel mantida pela divisão de Análise do CI, utilizando linguagem de programação Java e banco de dados SQL Server. O Sistema de Gestão de Autos de Apreensão tem como objetivo controlar a movimentação de itens apreendidos. Até fevereiro de 2021, 175 Autos de apreensão foram lavrados em 87 mandados cumpridos, resultando em 2.797 itens cadastrados. O sistema é dividido em dois módulos: Consulta e Cadastro/Controle e possui granularidade dos dados, ordenados por operação, processo, auto, item e subitem. O sistema Apreensões, pode auxiliar em etapas da cadeia de custódia, que sofreu substanciais mudanças a partir da Lei nº 13.964/2019, também conhecida como Lei do Pacote Anticrime, para garantir integridade e confiança das provas. Segundo esta lei, a cadeia de custódia é o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte. Neste cenário, o Apreensões se apresenta como uma ferramenta útil para ajudar nesta cadeia cronológica e documentada do manuseio das provas, sendo necessárias algumas adaptações no sistema para que este contemple novos requisitos que não haviam sido considerados no momento de sua concepção e desenvolvimento. Ainda, além de possibilitar a realização de diversos cadastros garantidores da lisura da cadeia de custódia, o Apreensões também possui funcionalidade que permite a inserção de imagens de todos os documentos produzidos e dos próprios itens e materiais apreendidos, além dos respectivos laudos de exame pericial. À semelhança do Confiteor, o sistema Apreensões também é acessível aos Promotores e servidores autorizados vinculados à Promotoria de Justiça responsável pela investigação do caso.

Confiteor

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Gestão
Processo: Tecnologia da Informação
Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Objetivo estratégico relacionado:

Impunidade e corrupção combatidas

Descrição e resultados: O sistema Confiteor, lançado em 2008, possibilita o tratamento e a análise de dados provenientes de instituições financeiras e operadoras de telefonia relativos aos afastamentos de sigilo bancário e telefônico de Pessoas Físicas e/ou Jurídicas. No Confiteor, dados brutos são transformados em informação. A análise dos dados é realizada a partir de arquivos originais, estando integrado com os padrões da Carta Circular BACEN nº 3454/2010 (leiaute das informações bancárias – SIMBA), e da Anatel – SITTEL (Sistema de

Investigação Telemática). O sistema permite consulta ágil e direcionada com auxílio de uma variedade de filtros e cruzamentos de informações que auxiliam e facilitam a análise dos dados recebidos das instituições financeiras e operadoras telefônicas. Até dezembro de 2020, mais de 600 mil contas foram analisadas; mais de 10 milhões de transações bancárias carregadas; mais de 300 mil telefones analisados; e mais de 3 milhões de ligações telefônicas carregadas. Em 2018, o Sistema Confiteor foi selecionado para participar do Prêmio Innovare, que tem como objetivo o reconhecimento e a disseminação de práticas transformadoras que se desenvolvem no interior do sistema de Justiça do Brasil. Integrando a estrutura do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – DRCI, da Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Ministério da Justiça, da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB, que é o conjunto de Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro instalados no Brasil, escolheu, em 2020, o Confiteor para ser a solução participante do projeto-piloto decorrente de Projeto de Reestruturação da Rede, cujo objetivo é o fortalecimento da atuação em rede dos diversos Laboratórios integrantes. Esse projeto-piloto tem como objetivo verificar a viabilidade - pela experimentação e avaliação – de tecnologias para o processamento e armazenamento de bases de consulta e dados investigados. Assim, o Confiteor passou a ser a solução escolhida para análise de dados provenientes de afastamento de sigilo bancário e telefônico que atenderá aos mais de 60 laboratórios da Rede.

Confiteor Bancário

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Gestão

Processo: Tecnologia da Informação

Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Objetivo estratégico relacionado:

Impunidade e corrupção combatidas

Descrição e resultados: O MPDFT por meio do Confiteor Bancário provê ao analista uma variedade de filtros e cruzamentos de informações que auxiliam e facilitam a análise dos dados recebidos pelas Instituições Financeiras em resposta à ordem de afastamento de sigilo bancário de Pessoas Físicas e/ou Jurídicas. Esse é um sistema que permite a carga de dados de afastamento de sigilo bancário nos formatos da Carta Circular BACEN nº 3454/2010 e sua análise em plataforma WEB simples, intuitiva e segura, com transmissão on-line criptografada. O Confiteor Bancário é dividido em dois módulos. O primeiro módulo, Módulo de Carga, é aquele onde são feitos o carregamento dos arquivos recebidos via Simba. Antes da carga propriamente dita o sistema faz uma verificação mais criteriosa dos arquivos com o intuito de ajudar o analista no processo de quarentena. Essa verificação é capaz de mostrar pontualmente erros de formatação dos arquivos originais, gerando relatórios automáticos e permitindo um pedido de retransmissão rápido. A validação que antecede a carga tem o cuidado de permitir o carregamento apenas de arquivos devidamente formatados no leiaute da Carta Circular BACEN nº 3.454. Somente após a validação é permitido realizar a carga. Quando concluídas é gerado um relatório sintetizado informando sucesso ou se ocorreram erros na carga. O segundo módulo, Módulo de Consulta, permite a análise por meio de consultas e filtros diversos. É possível, neste módulo, visualizar as movimentações bancárias por diversos prismas, como, por exemplo, a pesquisa por alvo, terceiros, seus relacionamentos e semelhanças. Também é possível fazer a busca direcionada por nome, data, contas, tipos de transação, entre outros. Outra funcionalidade que o módulo de Análise proporciona é a possibilidade de anexar às transações visualizadas no sistema os documentos “originais”, também disponibilizados nos afastamentos quando solicitados, como cheques, extratos, fitas de caixa. O sistema permite fazer filtros que identifiquem as movimentações com esses

documentos anexados. No final da investigação é fácil localizar e acrescentar aos relatórios os anexos considerados provas das movimentações. O sistema permite visualizar o trecho do arquivo original onde é referenciada a transação mostrada no sistema, ou seja, cada transação vista de forma amigável no painel do sistema pode ser visualizada na forma original do leiaute da CC 3454 no arquivo original. Assim, de posse dos dados das movimentações financeiras recebidos das Instituições (arquivos no formato da CC 3454-BACEN), é realizado o carregamento no Sistema Confiteor Bancário. Esse procedimento permite a análise das informações carregadas sem que seja necessária a carga de todos os dados do afastamento, ou seja, pode-se iniciar uma análise referente aos dados enviados por uma determinada instituição financeira enquanto se aguarda o recebimento de mais dados dessa ou de outras instituições. O Promotor de Justiça responsável pela investigação e seus auxiliares diretos devidamente autorizados tem acesso ao sistema e podem, à medida que os dados são carregados, tomar conhecimento das informações e fazer suas próprias análises, utilizando os campos e filtros da ferramenta, o que representa um enorme ganho de celeridade e efetividade para a persecução penal.

Confiteor Telefônico

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Gestão

Processo: Tecnologia da Informação

Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Objetivo estratégico relacionado:

Impunidade e corrupção combatidas

Descrição e resultados: O MPDFT, por meio do Confiteor Telefônico, possibilita a carga e análise de dados das transmissões enviadas pelas operadoras em resposta à ordem de afastamento de sigilo telefônico de Pessoas Físicas e/ou Jurídicas. Nos arquivos carregados no sistema é possível verificar o georreferenciamento da ERB: latitude, longitude e azimute; exibir múltiplas ERBs possibilitando ver o deslocamento realizado; utilizar a funcionalidades do Google Maps, como a *Street View*; utilizar diversos filtros para auxiliar na seleção mediante parâmetros de pesquisa; e é possível verificar a conciliação de chamadas telefônicas sobrepostas. O Confiteor Telefônico é dividido em quatro módulos. O Módulo Consulta permite que sejam realizadas buscas de arquivos carregados no Confiteor. O segundo módulo do Confiteor Telefônico é Importação, que permite que sejam feitas cargas para o Confiteor de arquivos recebidos. Os outros módulos são Sittel e Arquivos legados. Alguns arquivos encaminhados pelas operadoras necessitam de um tratamento prévio, no Módulo “Arquivos Legados” do Confiteor Telefônico, em decorrência da anterioridade do estabelecimento de leiaute. Isso se faz necessário por conta de algumas especificidades desses arquivos. Antes da criação do SITTEL, as operadoras de telefonia não possuíam um formato padrão para envio dos arquivos de afastamento de sigilo telefônico, então o Módulo “Arquivos Legados” foi criado para auxiliar no processo de tratamento e padronização desses arquivos. O produto final do tratamento realizado no módulo arquivos Legados é um arquivo que possui um leiaute de formatação padrão para carga direta no Módulo “Importação” do Confiteor Telefônico.

Confiteor Lite

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Gestão
Processo: Tecnologia da Informação
Valor: Efetividade operacional e bem-estar organizacional

Objetivo estratégico relacionado:

Impunidade e corrupção combatidas

Descrição e resultados: O MPDFT, em 2020, lançou a versão portátil do Confiteor, o Confiteor Lite, que pode ser utilizado facilmente, não necessitando de infraestrutura tecnológica, nem de equipe de TI especializada, nem de licenciamento de softwares proprietários. O Confiteor Lite pode ser transportado em um *pendrive*, sem necessidade de instalação e pode ser utilizado em qualquer Sistema Operacional. O sistema conta com a facilidade de aprendizado e uso, sendo intuitivo, com interface funcional.

Atuação do MPDFT na Proteção dos Dados Pessoais e da Privacidade²³

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos
Processo: Atuação criminal
Valor: Proteção dos direitos do cidadão e da comunidade

Objetivo estratégico relacionado:

Criminalidade combatida

Descrição e resultados: O MPDFT, com a implementação desta iniciativa, almejou estruturar proposta de política de atuação do MPDFT na Proteção dos Dados Pessoais e da Privacidade. Com a vigência da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Marco Civil da Internet demonstrou a preocupação do legislador em relação à proteção dos dados pessoais dos brasileiros. Para tanto criou um rol de direitos, tais como: não fornecimento a terceiros de seus dados pessoais; informações claras e completas sobre coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção de seus dados pessoais; consentimento expresso sobre coleta, uso, armazenamento e tratamento de dados pessoais; e exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet. Entretanto, a inexistência de uma autoridade brasileira dedicada à proteção dos dados pessoais dos cidadãos ocasiona um vácuo protetivo, criando um verdadeiro "faroeste digital" onde os dados dos titulares são usados e negociados de forma totalmente livre. O efetivo combate aos crimes cibernéticos passa, necessariamente, pela proteção dos dados pessoais, afinal grande parte dos crimes cibernéticos são praticados tendo por base dados pessoais que estão livremente disponíveis. Assim, a Comissão de Proteção dos Dados Pessoais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) é a primeira iniciativa nacional dedicada exclusivamente à proteção dos dados pessoais e da privacidade dos brasileiros. Com diversas atuações no âmbito nacional, tais como: Caso Netshoes, Caso Uber; Dados Pessoais Sensíveis; Análise Automatizada de Crédito; Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes, dentre outras ações. A Comissão de Proteção dos Dados Pessoais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios objetiva se consolidar como uma iniciativa dedicada à Proteção dos Dados Pessoais e da Privacidade da população e

²³ Disponível em: <https://bancodeprojetos.cnpm.mp.br/Detalhe?idProjeto=1772>. Acesso em 12 de fev. de 2021.

com isso prevenir a prática dos crimes cibernéticos. Para tanto a Comissão terá diversos PILARES, como: - Pilar Opinativo: sugerir diretrizes para uma Política Nacional de Proteção dos Dados Pessoais e Privacidade; - Pilar Informativo: promover entre a população, empresas e órgãos públicos o conhecimento das normas e das políticas públicas sobre proteção de dados pessoais e privacidade, bem como medidas de segurança; - Pilar de Estudos: promover estudos sobre as práticas nacionais e internacionais de proteção de dados pessoais e privacidade; - Pilar de Cooperação: promover ações de cooperação com autoridade de proteção de dados pessoais de outros países, de natureza internacional ou transacional; - Pilar de Notificação: receber comunicações sobre a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou prejuízo relevante aos titulares dos dados (*data breach notification*); - Pilar Sancionador: propor ações judiciais visando à aplicação das sanções previstas no artigo 12, da Lei n. 12.965/14 - Marco Civil da Internet, em conjunto com o promotor natural. - Pilar Investigativo: instaurar e presidir o inquérito civil público, bem como o procedimento de investigação preliminar, em conjunto com o promotor natural. Dentre outros resultados:

- Cartilha Ética e Segurança Digital no MPDFT;
- Cartilha Facebook;
- Requisição judicial;
- Cartilha Fundamentos do Direito Digital;
- Proposta do Poder Executivo PLS 330/2018;
- Criação de Comissão de Proteção dos Dados Pessoais, por meio da portaria institucional nº 551, de 20 de junho de 2018;
- Participação e premiação na I Mostra de Projetos em Salvador-BA; e
- Criação de Unidade Especial de Proteção de Dados Pessoais.

Kairós - Atuação resolutiva em processos suspensos relacionados a homicídios tentados²⁴

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos

Processo: Atuação Criminal

Valor: Promoção da Justiça e redução de conflitos

Objetivo estratégico relacionado:

Criminalidade combatida

Descrição e resultados: O MPDFT buscou, nesta iniciativa, reavaliar os processos de homicídios tentados dos anos anteriores a 2016, constantes no acervo das Coordenadorias das Promotorias de Justiça de Santa Maria e do Paranoá, suspensos pela ausência de citação do réu (em face de sua não-localização), visando à consolidação das provas existentes e à produção de novas provas a principal prova de um homicídio tentado seja a vítima. A iniciativa surgiu a partir da verificação de diversos processos parados relacionados a homicídios tentados e que, quando os acusados são localizados, a prova judicial é parca ou inexistente, impedindo inclusive a remessa dos autos a julgamento perante o tribunal popular. Quando se fala em crise do processo, os juristas estão se referindo ao fato de o processo ter que ficar sobrestado, em função de algo alheio às soluções jurídicas possíveis. Exemplo disso são os vários processos de homicídios tentados cujos prazos estão suspensos em função da não-localização dos acusados. Nesse contexto, entende-se que é chegado o momento de o Poder Judiciário e seus auxiliares voltarem sua atenção para aquilo que não tramita, que não está em curso, que apenas ocupa uma prateleira de um armário nos diversos cartórios de Tribunal do Júri, aguardando a má sorte de um acusado desavisado ser preso e recambiado, para que os autos sejam retomados. Por isso o nome do projeto, Kairós, que na mitologia grega, era o deus do tempo, mas não o tempo cronológico (cujo mito era Cronos). Kairós representava o tempo

²⁴ Disponível em: <https://bancoedeprojetos.cnmp.mp.br/Detail?idProjeto=2674>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

oportuno, o momento certo. Contextualizando a iniciativa, quando há um homicídio consumado, via de regra, existirá um cadáver, que será periciado, dando importantes informações a respeito da conjuntura do crime contra a vida. O corpo fala, literalmente. Não bastasse isso, a indignação da perda de um ente querido faz com que as pessoas se importem com aquela conduta criminoso e tragam dados preciosos para o início de uma investigação criminal. A vítima é outra peça-chave na elucidação do crime. Quando ela sobrevive, o esperado é que parta dela as primeiras notícias a respeito do autor do atentado. A rigor, a maioria absoluta da solução de casos de homicídios tentados depende dos elementos que a vítima sobrevivente traga à autoridade policial, desde autoria, até mesmo indicação de eventuais testemunhas que porventura tenham testemunhado o evento delituoso. Então, a produção da prova depende da boa vontade da vítima em contribuir para a elucidação do caso, sob pena de inviabilizar ou, ao menos, dificultar por demais o trabalho investigativo. Quando ela não comparece ao Instituto Médico Legal (IML) para elaboração de laudo de exame de corpo de delito, não vai à delegacia prestar seu depoimento ou mesmo manda avisar que não tem ideia de quem praticou o crime contra si, a investigação e, por consequência, a ação penal torna-se inviável do ponto de vista probatório. Quando se pensou na construção de soluções a respeito da suspensão dos processos em casos de homicídios tentados, houve um cuidado em retirar o eixo do ator principal do processo (a saber: o réu) e deslocá-lo em direção da vítima. Isso porque é cediço que, em ações penais públicas incondicionadas, a vítima sempre deixou de ser considerada como um sujeito de direito, fato esse que dificulta a solução de conflitos, objetivo do Poder Judiciário. Ao alterar o foco do acusado para o ofendido, a dinâmica processual passa a dar voz àquele que sempre foi o mais prejudicado diretamente com a conduta criminoso e, a partir disso, a solução jurídica também se torna algo efetivo, seja para dirimir conflitos, seja tão-somente para atestar que tais conflitos já restaram solucionados. Nesse sentido, o projeto encontra amparo junto à Resolução nº 253/2018 do Conselho Nacional de Justiça, que discorre sobre a política institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e de atos infracionais. Ao mesmo tempo, o projeto inaugura mais um método de atuação resolutiva, contemplando ainda a Recomendação nº 054/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público. Antigamente, quando um acusado não era encontrado, ele era citado por edital e considerado revel. Em 1996, o legislador houve por bem criar uma pausa no processo, até que o acusado fosse finalmente citado, permitindo assim que tomasse ciência da acusação a ele imputada, com a finalidade de se defender. Nesse contexto, a redação do artigo 366 do Código de Processo Penal assim passou a dispor: Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312. A suspensão do processo, bem como a do prazo processual, também está presente em outras normas, como, por exemplo, na Lei nº 9.099/95, que trata do procedimento dos juizados especiais. A relevância de tal previsão legal é, de um lado, possibilitar que o acusado só seja efetivamente processado a partir do seu conhecimento a respeito do que lhe acusam. De outro, os prazos processuais não são prejudicados por tal suspensão, uma vez que o Estado agiu em busca do jus puniendi, merecendo a manutenção do seu tempo para perseguir e punir. Ainda relativamente ao assunto, uma questão que muito se discutiu dizia respeito até quando o prazo deveria restar suspenso. A doutrina, seguida pela jurisprudência, vem adotando o entendimento de que seria razoável que os prazos prescricionais voltassem a correr quando o processo já se encontrasse suspenso pelo lapso previsto no artigo 109 do Código Penal. Nesse sentido, a súmula nº 415 do STJ assim regula: Súmula 415. O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada. Entretanto, a referida súmula foi alvo de impugnação junto ao STF, que considerou o assunto como de repercussão geral, mas ainda não houve um posicionamento final daquela Corte a respeito do assunto. Em relação à antecipação das provas, segundo NUCCI, provas antecipadas são as que podem perder, caso não sejam produzidas antes mesmo da fase instrutória adequada. O artigo 366 do Código de Processo Penal, acima mencionado, faz referência explícita ao instituto, autorizando ao juiz a antecipação da prova, quando entender ser o caso. O Superior Tribunal de Justiça editou súmula sobre o assunto, restringindo a aplicação da referida norma: Súmula 455: A decisão que determina a produção antecipada deve ser concretamente fundamentada, não a

justificando unicamente o mero decurso do tempo. Aury Lopes Jr., por seu turno, apresenta requisitos básicos para implementação da prova antecipada, a saber: (a) relevância e imprescindibilidade do seu conteúdo para a sentença; (b) impossibilidade de sua repetição na fase processual, amparado por indícios razoáveis de provável perecimento de provas. Assim, observa-se que não é todo processo que admitirá a produção antecipada de provas, mas ela será importante para a abreviação dos autos que se apresentarem sem condições probatórias para uma remessa ao Júri popular. Em relação ao julgamento antecipado do mérito (art. 355 do CPC), como não existe previsão expressa acerca do referido instituto no Código de Processo Penal, a adoção do contido no artigo 355 do Código de Processo Civil, por analogia, é absolutamente viável, a partir do que dispõe o artigo 3º do Código de Processo Penal. Diz o dispositivo legal: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I não houver necessidade de produção de outras provas; II ? o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349. Segundo Marinoni, no julgamento antecipado do mérito, julga-se o mérito no estado em que o processo se encontra por não ser necessário praticar mais nenhum ato preparatório ao julgamento. No presente projeto, a aplicação deste instituto ao final da colheita antecipada de provas será fundamental para definir os rumos do processo, mesmo diante da ausência do interrogatório do acusado, sempre respeitando os princípios do contraditório e da ampla defesa. Por todo o exposto, o MPDFT pretende reanalisar os processos suspensos relacionados a homicídios tentados, de forma a produzir provas para dar continuidade ao julgamento do processo, buscando identificar mais especificidades acerca do contexto fático, bem como se ainda existe conflito de interesses a serem dirimidos pelo poder judiciário. Dentre outros resultados:

- Na Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Paranoá foram 16 processos reanalisados, 12 resolvidos, com redução da impunidade e aumento a eficiência e efetividade na justiça.

Verum

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos

Processo: Atuação Criminal

Valor: Promoção da Justiça e redução de conflitos

Objetivo estratégico relacionado:

Criminalidade combatida

Descrição e resultados: O projeto tornou viável apresentar dados mais próximos da realidade acerca da repressão de crimes contra a vida, desde a investigação até a aplicação da penalidade determinada pelo Juiz de Direito. Por meio do tratamento dos dados dos crimes de homicídios consumados, ocorridos no ano de 2018 nos limites territoriais do Distrito Federal. Com execução pelo Núcleo do Tribunal do Júri e de Defesa da Vida (NTJDV) foi, primeiramente, realizado um levantamento junto à Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) para apurar a lista de Inquéritos Policiais (IP) instaurados para apurar os crimes dolosos consumados contra a vida ocorridos no ano de 2018 com validação posterior de cada uma das Promotorias de Justiça, com a finalidade de identificar o respectivo número de autuação do inquérito quando de sua tramitação dentro do MPDFT. Em seguida, ocorre mapeamento uma amostra dos IPs sobre feminicídios, a partir da qual será feita uma análise “teste” das variáveis existentes, a fim de observar o cumprimento dos objetivos almejados por esse projeto. A partir daí, iniciaremos o mapeamento desses procedimentos; será analisado o arquivamento, distinguindo sua motivação: a) sem autoria; b) não é crime; c) não ocorreu no DF; d) o agente é menor, e; e) morte do agente, possibilitando quantificar o percentual de inquéritos resolvidos ou não. Posteriormente, serão categorizadas as denúncias em: simples, qualificada e feminicídio.

Contando com o auxílio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), adicionaremos a essa análise humana, a extração dos seguintes dados dos nossos sistemas: data do fato, do arquivamento, da denúncia e da pronúncia; sexo, idade e nome da vítima; se houve flagrante; e se foi utilizada arma de fogo. Em última fase, tornou possível acompanhar o interregno de tempo das fases pelas quais o processo passou, desde a investigação até a sentença penal condenatória e respectivo cumprimento de pena, mediante a construção de ferramentas para apurar em tempo real esse lapso temporal. Esse projeto exigirá um debruçamento sobre todos os procedimentos abertos em 2018, buscando compor um acervo qualitativo de informações que servirá para embasar políticas internas e externas; e analisará o fluxo do Sistema da Justiça Criminal, mostrando à população o retrato da atual situação vivenciada no DF. Portanto, os resultados serão alcançados com a ciência do número de homicídios consumados, por região administrativa, com o diagnóstico da atual situação enfrentada pelo Sistema de Justiça Criminal, por meio de ferramenta de *Business Intelligence* (BI), oferecendo os insumos necessários para a tomada de decisões internas, como também poderá subsidiar decisões de órgãos externos, como a Secretaria de Segurança Pública e o Poder Judiciário, no intuito de melhorar a persecução penal, aumentar a segurança pública e a sensação de justiça percebida pelo cidadão. Com a implementação do Verum, houve:

- Preenchimento do Sistema Verum com a mesma quantidade de inquéritos policiais que a Polícia Civil do Distrito Federal informa;
- Diagnóstico atual com a quantidade de feminicídios consumados por Região Administrativa do DF;
- Diagnóstico atual com a quantidade de homicídios consumados por Região Administrativa do DF. No ano de 2018 foram resolvidos 247 casos, o que corresponde a uma taxa de 60,69% de apuração. Também, houve 59 arquivamentos, sendo 17 sem identificação da autoria, 9 porque o fato não era criminoso, 21 porque o agente era menor de idade, e 12 em razão da morte do agente;
- Alimentação mensal do Sistema Verum com todos os dados extraídos manualmente e por filtros gerados pela Secretaria de Tecnologia e Informação/MPDFT, dos Inquéritos Policiais e dos Processos de homicídio consumados;e
- Gráficos do BI – Business Intelligence atualizados diariamente, de acordo com o preenchimento do sistema Verum e atualização das fases processuais.

Foragidos da Justiça²⁵

Cadeia de Valor

Macroprocessos: Finalísticos

Processo: Atuação Criminal

Valor: Promoção da Justiça e redução de conflitos

Objetivo estratégico relacionado:

Criminalidade combatida

Descrição e resultados: O MPDFT buscou com esse projeto mudar as práticas e cultura institucional de esquecimento dos processos criminais suspensos em razão da não localização de pessoas, com a adoção de medidas proativas, de forma a aumentar a quantidade de pessoas localizadas e efetivamente responsabilizadas penalmente pelos crimes dolosos contra a vida nas promotorias de Justiça criminais e do Tribunal do Júri das localidades que aderirem à proposta de trabalho. A iniciativa foi executada nas Promotorias Criminais e do Tribunal do Júri que queiram apoiar a proposta. Os gestores e o coordenador do projeto farão visitas às Coordenadorias das Promotorias de Justiça das satélites para convencerem colegas a participarem do projeto. Após a visita, cada promotor parceiro, que se afiliar ao projeto, receberá um plano de trabalho para executá-lo na localidade. Cada promotor parceiro do

²⁵ Disponível em: <https://bancoedeprojetos.cnmp.mp.br/Detalhe?idProjeto=2687>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

projeto poderá articular com os órgãos parceiros do Sistema de Justiça Criminal para contribuir na localização de pessoas condenadas ou processadas criminalmente pela prática de crimes dolosos contra a vida. Para aumentar a eficácia da aplicação da lei penal no caso dos crimes de homicídio, será criado um ambiente na internet, com a ajuda da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), que possa servir de consulta para qualquer pessoa, que possa fornecer dados sobre a localização ou paradeiro dos foragidos e assim contribuir para o incremento da eficácia do sistema criminal. No ambiente da internet, os promotores parceiros poderão criar um banco de dados com informações (fotografias, prontuários civis, informações sobre o processo) de pessoas procuradas pela Justiça Plano Criminal (com mandados de prisão em aberto) daquela localidade e dar ampla divulgação nas redes de articulação e nas mídias sociais. O foco da divulgação das informações refere-se às pessoas que respondem ou foram condenadas em ações penais por crimes dolosos contra vida e que não são localizadas pelo sistema de justiça criminal (com mandados de prisão em aberto) a fim, inicialmente, de contabilizar e ter a real dimensão dessa situação em toda a localidade. Com a ajuda da Secretaria de Comunicação (Secom), os promotores parceiros definirão a forma e dinâmica para divulgação ao público externo das informações, de modo a garantir a integralidade e autenticidade da informação. A publicação e ratificação dos dados do foragido da justiça deverão ser feitas pelo promotor parceiro, a fim de evitar transtornos com a disponibilização de dados equivocados na internet. Os resultados serão alcançados pela criação dessa nova rotina de trabalho, com quantificação dos processos criminais suspensos em decorrência da não localização de pessoas, alimentação do banco de dados na internet sobre tais casos, divulgação das informações em link próprio em nosso site (lista de pessoas procuradas pela justiça) e compartilhamento dessas informações com a população, redes de articulação e mídias sociais, para se receber informações relevantes para a localização dos foragidos da justiça autores dos crimes contra a vida. Dentre outros resultados:

- Foram 3 foragidos encontrados, do total de 7 registrados em pesquisa realizada durante o projeto.